

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Edital 29/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	MAURO DE MIRANDA FERNANDES	06/08/2025 14:31 (v 2.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25389000116/2025-29

1. Do Objeto



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
AV.BRASIL 4365 MANGUINHOS - Prédio Sede 1ºPiso COGIC, sala 13 - Bairro Manguinhos,
Rio de Janeiro/RJ, CEP 21040-360 Telefone: (21) 2209-2004 - <http://www.fiocruz.br>

EDITAL Nº 90011/2025

Processo nº 25389.000116/2025-29

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

CONTRATANTE (UASG)

254462

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de gráfica, com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 684.764,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e quatro reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/08/2025 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

EXCLUSIVIDADE/ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, sediada à Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de gráfica, com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 4 (quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Da Participação na Licitação

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. Orçamento Estimado Sigiloso

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. Da Apresentação da Proposta e dos

Documentos de Habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do Preenchimento da Proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor global do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da Abertura da Sessão, Classificação das

Propostas e Formulação de Lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da Fase de Julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da Fase de Habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia ou por via e-mail da Gestão de Compras – gecom.cogic@fiocruz.br.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado e-mail: dga.cogic@fiocruz.br ou telefone (21) 2209-2175, no horário das 09:00H às 11:00H e 14:00H às 16:00H., com antecedência mínima de 48 horas, junto à Coordenação de Serviços Operacionais - CSO, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. Do Termo de Contrato

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2.1 A assinatura do Termo de Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI disponível no endereço eletrônico – [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php? %20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?%20acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0)

9.2.2 O adjudicatário caso não seja cadastrado deverá preencher o formulário e registrar login e senha, devendo aguardar instruções que serão encaminhadas no email informado. Após a liberação o usuário estará apto a assinar o Termo de Contrato.

9.2.3 Eventuais dúvidas quanto à utilização de ferramenta, poderão ser dirimidas pelo email: suportesei@fiocruz.br.

9.2.4 Alternativamente à convocação para assinatura por meio do SEI, o adjudicatário poderá realizar assinatura digital do Termo de Contrato disponibilizada em formato PDF.

9.3. O prazo do item 9.2. poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação

10. Dos Recursos

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico, gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 21.

11. Das Infrações Administrativas e Sanções

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. Da Impugnação ao Edital e do Pedido

De Esclarecimentos

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gecom.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 21.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. Das Disposições Gerais

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>; no sítio da COGIC: www.cogic.fiocruz.br, e poderá ser lido e /ou obtido no endereço Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio sede da COGIC, sala 13, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.1.1 APÊNDICE I- IMR Instrumento de Medição de Resultado

13.11.1.2 APÊNDICE II - Ordem de Serviço

13.11.2 ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

13.11.3 ANEXO III - Proposta Proforma

13.11.4 ANEXO IV– Termo de Vistoria

13.11.5 ANEXO V – Portaria n.º 185/2024 – COGEAD

13.11.6 ANEXO VI – Termo de Sigilo

13.11.7 ANEXO VII - Minuta de Contrato

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURO DE MIRANDA FERNANDES

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 06/08/2025 às 14:04:11.

LUCIA MARIA ROCHA DA SILVA

Chefe Substituto da Gestão de Compras - GECOM



Assinou eletronicamente em 06/08/2025 às 14:31:59.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I Temo de Referencia.pdf (4.2 MB)
- Anexo II - Anexo II Estudo Tecnico Preliminar - ETP.pdf (4.24 MB)
- Anexo III - Anexo III Proposta Proforma.pdf (366.22 KB)
- Anexo IV - Anexo IV Termo de Vistoria.pdf (348.86 KB)
- Anexo V - Anexo V Portaria COGEAD.pdf (126.68 KB)
- Anexo VI - Anexo VI Termo de Sigilo.pdf (464.74 KB)
- Anexo VII - Anexo VII Minuta de Contrato.pdf (125.34 KB)

Termo de Referência 25/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU	28/07/2025 15:14 (v 12.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	372/2025	25389.000116 /2025-29

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de gráfica, com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE		ITENS	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	CATSERV	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ADESIVO	1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação	17353	m²	1.000	R\$ 113,75	R\$ 113.750,00
		2	Instalação de Adesivos em vinil		m²	1.000	R\$ 308,75	R\$ 308.750,00
		3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação		Unid.	500	R\$ 216,40	R\$ 108.200,00
		4	Adesivos vinil de recorte		m²	100	R\$ 138,75	R\$ 13.875,00
		5	Instalação Adesivos vinil de recorte		m²	100	R\$ 218,75	R\$ 21.875,00
					VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 566.450,00			

LOTE		ITENS	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	CATSERV	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	BANER	1	Lona Frontlight 440g, 4/0; com laminação; brilho/fosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras.	17353	m²	500	R\$ 119,05	R\$ 59.524,00
		2	Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0;		m²	500	R\$ 17,58	R\$ 8.790,00
					VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 68.314,00			

		DESCRIÇÃO DOS				VALOR	VALOR
--	--	---------------	--	--	--	-------	-------

LOTE		ITENS	MATERIAIS	CATSERV	UNID.	QUANT.	UNIT	TOTAL
3	CALENDÁRIO	1	Calendário de mesa: com 14 lâminas +base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m ² , Formato: 32 x 18cm – cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco MODELO: Material cuchê matte 115 g/m ² , Formato: 18 x11cm – cores 4/4 – acabamento: corte reto	17353	Unid.	200	R\$ 34,80	R\$ 6.960,00
		2	Lâmina: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15cm. Papel lâminas; Papel cuchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa /frente). Base: Base de calendário em papelão 1320 gr, revestido em couchê 150 gm aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4 x 0 cores formato aberto 210 x 460 mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21x9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo “wire-o” de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base		Unid.	650	R\$ 28,27	R\$ 18.373,33
					VALOR TOTAL DO LOTE:		R\$ 25.333,33	

LOTE	ITENS	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	CATSERV	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4		Unid.	20	R\$ 543,33	R\$ 10.866,67

4	WIND		Medidas: 2,2m x 0,70m	17353				
	BANNER	2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banne		Unid.	100	R\$ 138,00	R\$ 13.800,00
				VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 24.666,67				
				VALOR TOTAL GERAL: R\$ 684.764,00				

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é da natureza Institucional da Fiocruz empreender ações educativas, tanto extra quanto intramuros no que tange à disseminação de uma cultura de sustentabilidade. Para cumprir tal missão, o GRSA/CSO/Fiocruz realiza diversas atividades ao longo do ano, de maneira contínua, através de projetos da área de Educação Ambiental, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 e no Plano de Logística Sustentável da Fiocruz.

2.2.1 Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais - CSO. Projeto: 0032.2000.565.00026 - Proc: 116/2025-29 - Serviços de Gráfica para atender a Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental. Iniciativa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo. Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio. Finalidade: 565 – Gestão Administrativa. Programa de Trabalho: 10122003220000033 Fonte de Recurso: 1001000000 – Loa Corrente Elemento de Despesa Corrente: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. Subelemento: 339039 - 63 – Serviços Gráficos e Editoriais DFD nº: 382/2024 Classe/Grupo: 891

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1 O ciclo de vida do objeto está destacado no Estudo Técnico Preliminar Digital nº 88/2023 no que diz respeito aos possíveis Impactos Ambientais.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1.1. Preferencialmente, os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.1.1.4. Os materiais não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.1.1.5. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte ambientalmente adequado de todo o resíduo por ela gerado, durante a execução dos serviços, quando houver instalação;
- 4.1.1.6. A logística reversa dos materiais necessários na entrega do serviço é responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;
- 4.1.2. A empresa contratada deverá possuir as Licenças Ambientais ou Licença Ambiental Simplificada ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental (Declaração de Inexigibilidade Ambiental), se for o caso, emitida pelos órgãos ambientais competentes;
- 4.1.2.1 O licenciamento ambiental ou a inexigibilidade de licenciamento está diretamente relacionado ao Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) da empresa. O CNAE é uma classificação que define as atividades econômicas exercidas por uma empresa, e cada código possui requisitos específicos para o licenciamento ambiental.
- 4.1.2.2 A depender do CNAE, a empresa pode estar sujeita a diferentes tipos de licenciamento, que variam conforme o potencial de impacto ambiental das atividades realizadas. Por exemplo, atividades industriais que geram resíduos perigosos podem exigir um licenciamento mais rigoroso, enquanto atividades de baixo impacto ambiental podem ter um processo de licenciamento simplificado ou até mesmo ser consideradas inexigíveis.
- 4.1.3. A empresa contratada deverá possuir Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) para sua atividade potencialmente poluidora;
- 4.1.4. A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou, nos casos de dispensa de licenciamento ambiental, a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners e respectivas embalagens, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas ou em outros ciclos, como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- 4.1.5. Promover treinamentos periódicos dos seus funcionários sobre as questões ambientais;
- 4.1.6. A empresa contratada deve apresentar anualmente, declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- 4.1.7 No momento da assinatura, a licitante declarada vencedora deverá apresentar as certidões exigidas nos subitens 4.1.2 e 4.1.3 para a formalização do contrato

Indicação de marcas ou modelos

- 4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.2.1. Não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3. Não se aplica

Subcontratação

- 4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) por cento do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- 4.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
- 4.4.1.1. Fornecimento de material (adesivo, banner, calendário e wind banner);

4.4.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.2.1. Serviço de Instalação.

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.11.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.11.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.15.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.16.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- 4.16.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.16.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.17. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.27. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 14 horas.

4.28. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.29. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.30. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.31. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.32. A visita poderá ser agendada através do endereço de e-mail: dga.cogic@fiocruz.br ou telefone (21) 2209-2175, no horário das 09:00H às 11:00H e 14:00H às 16:00H., com antecedência mínima de 48 horas, junto à Coordenação de Serviços Operacionais.

Instalação de escritório

4.33. Não é necessário que o fornecedor possua um escritório no RJ, desde que ele consiga garantir a entrega dos materiais e a prestação dos serviços com instalação de maneira eficaz, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pela Fiocruz.

Margem de Preferência

4.34. Não se aplica.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Conforme data estabelecida em contrato.

Local da prestação dos serviços, para entrega do material e quando necessário instalação

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços da Fiocruz:

5.2.1. Campus Manguinhos, na Av. Brasil, 4365 – Manguinhos / RJ, 21040-360.

5.2.2. Campus Maré, na Av. Brasil, 4.036 – Maré / RJ, CEP: 21040-361.

5.2.3. Campus IFF, na Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo / RJ, CEP 22.250-020.

5.2.4. Campus Hélio Fraga, na Estrada de Curicica, 2000 - Jacarepaguá / RJ, CEP 22.710-552.

5.2.5. Campus Mata Atlântica, na Estr. Rodrigues Caldas, 3400 – Curicica / RJ, CEP 22713-375.

5.2.6. Cabe ressaltar que caso exista a inclusão de novos Campis vinculados a Fiocruz a Contratada, caso necessário, a Contratada será acionada para alteração qualitativa ao contrato inicialmente pactuado.

5.3. Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e horário comercial, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas de cada lote e seus subitens, com fiel observância aos critérios de qualidade e materiais, bem como dentro do prazo estabelecido.

5.4.2. A demanda será solicitada pela CONTRATANTE através de Ordem de Serviço (OS) que serão encaminhadas por e-mail e a CONTRATADA deverá retornar por e-mail em até 24h, com o pré-agendamento.

5.4.2.1. A arte será enviada juntamente com a Ordem de Serviço, em arquivo eletrônico (criado em aplicativos como MS Word, MS Power Point, Corel Draw, Page Maker, dentre outros).

5.4.2.2. O Pré-agendamento deverá conter a data de entrega da Amostra para aprovação e/ou entrega final da demanda solicitada, caso não seja solicitado amostra.

5.4.2.3. O prazo máximo para entrega da amostra (quando solicitado) é de 3 (três) dias úteis.

5.4.2.4. O modelo da ordem de serviço consta no Anexo II.

5.4.3. A confecção dos materiais a serem fornecidos deverão ser executados nas instalações da CONTRATADA, as quais devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, conforme descritas nos itens 4.1.2 e 4.1.3.

5.4.4. O prazo de entrega do material referente ao Lote 3 (Subitens 1 e 2) - calendários, por se tratar de um material cuja confecção é mais complexa, será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação da contratada.

5.4.5. O prazo de entrega dos materiais referentes aos Lotes 1, 2 e 4, será de no máximo 5 (cinco) dias úteis para entrega, a contar da solicitação da contratada, podendo ser prorrogável pelo mesmo período, a critério da fiscalização, mediante solicitação por escrito e devidamente justificada.

5.4.6. A Contratante reserva-se o direito de não receber os materiais quando danificados, amassados, com vícios ou defeitos, ficando a Contratada obrigada a refazer os serviços rejeitados no prazo máximo de 3 (três) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da correspondente notificação, sem qualquer ônus para a FIOCRUZ, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para o perfeito atendimento da execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer os materiais descritos no item 1.1, promovendo sua substituição quando necessário, conforme previsto no item 5.4.6.

5.5.1. A critério da CONTRATANTE, poderá ser requerida a apresentação de amostra do material, como por exemplo: tipo de lona ou material de acabamento, para fins de verificação da qualidade do material a ser utilizado pela Contratada, que deverá ser entregue conforme pré-agendamento constante no item 5.4.2.2.

5.5.2. A contratada deverá prever a entrega de amostra, para todos os materiais previstos nos itens 02 e 03.

5.5.3. A amostra física dos produtos gráficos seguirá os seguintes critérios de análise:

5.5.3.1. As cores devem ser fiéis às que forem disponibilizadas pela Contratante nas artes a serem enviadas;

5.5.3.2. Os materiais a serem produzidos deverão estar fiéis às especificações descritas no item 1.1.

5.5.3.3. Caso a amostra física não seja aceita pela Contratante, deverá ser apresentada nova amostra, sem ônus

para a Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da rejeição da primeira prova apresentada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O serviço de Gráfica com fornecimento de material será executado por empreitada por preço unitário. Dessa forma, somente o serviço que for efetivamente prestado será pago mediante apresentação de Ordem de Serviço, conforme Anexo II, devidamente preenchida e assinada.

5.6.2. As quantidades previstas na tabela 1.1 foram dimensionadas de acordo com as necessidades da Fiocruz na ocasião da elaboração deste Termo de Referência. Sendo assim, poderá sofrer alteração no decorrer do contrato, tanto para mais quanto para menos, dependendo das necessidades futuras da contratante e nos percentuais previstos no Art.125 da Lei nº 14.133/21.

5.6.3. A contratada deverá apresentar sua proposta com cotação discriminada, conforme tabela item 1.1, com o valor unitário de cada serviço. Ressalta-se que a cotação deverá seguir a ordem constante da planilha. Os quantitativos discriminados na tabela 1.1 são números estimados de serviços a serem executados que visam chegar ao valor global das propostas que classificará as participantes, entretanto, somente os serviços efetivamente executados pela contratada serão pagos mensalmente.

5.6.4. Todos os custos dos materiais, confecção, embalagem/empacotamento, transporte até o endereço da Contratante e instalação, caso necessário e definido na tabela do item 1.1, são responsabilidade da Contratada.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Não se aplica.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7.1. A frequência do preposto ao local da execução do contrato deverá ser acordada previamente com a fiscalização, sendo obrigatória nos locais da execução sempre que se fizer necessário.

6.7.2. Na reunião de partida a contratada fornecerá os meios necessários à comunicação direta para acesso ao preposto

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1 não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;
 - 7.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
 - 7.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes,

solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.37. Não se aplica.

Repactuação

7.38. Não se aplica.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40.1. A definição do IPCA – (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para as devidas correção monetária que se fizerem necessárias, se justifica tendo em vista ser o índice de ampla aplicação no mercado, seguindo assim as práticas utilizadas na administração nas demais contratações em curso.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.1. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.2. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.50. Não se aplica.

Pagamento pelo fato gerador

7.51. Não se aplica.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de (0,02 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (24) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5 (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0, (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5 (zero virgula cinco por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.2.4.6.1 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação dos item que compões os lotes.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco) por cento do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.3.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contratos que comprovem a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.4.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34. Não se aplica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.1.1. ata de fundação;

9.40.1.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.1.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.1.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.1.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.1.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.1.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 684.764,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil setecentos e sessenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na Planilhas de formação dos custos.

10.2. A estimativa de custo levará em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11 ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida conforme dotação informada pela Setor de Planejamento da Cogic/Fiocruz.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4 A previsão para este serviço com fornecimento de materiais e instalação, conforme descrição da necessidade está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC, bem como previsto no SPGC 2025, conforme DFD nº 382/2024 e detalhamento a seguir:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais - CSO.

Projeto: 0032.2000.565.00026 -

Proc: 116/2025-29 - Serviços de Gráfica para atender a Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental.

Iniciativa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 – Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1001000000 – Loa Corrente

Elemento de Despesa Corrente: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.

Subelemento: 339039 - 63 – Serviços Gráficos e Editoriais

DFD nº: 382/2024

Classe/Grupo: 891

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

APÊNDICE I - IMR

O Instrumento de Medição de Resultados foi elaborado baseado em critérios objetivos com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, abrangência/coertura, sustentabilidade e segurança.

Caberá à CONTRATANTE designar responsável pelo acompanhamento das atividades a serem executadas, emitindo relatório mensal de prestação e avaliação dos serviços que será obtido pela média dos relatórios elaborados pela fiscalização, observando, entre outros, os seguintes critérios:

O critério de pontuação dos quesitos a serem avaliados se faz por meio de pontuação em conceitos de **Ótimo, Bom, Ruim e Péssimo** em cada um dos itens vistoriados, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de até 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

- A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificada desconformidade contínua na prestação do serviço com base na qualidade exigida.

O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

- Nas avaliações realizadas pela fiscalização será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento e fará a avaliação mensal da execução dos serviços. Para obtenção do valor mensal da fatura, os resultados das avaliações da qualidade, que corresponde a 100% do faturamento mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, idêntico ao descrito no item 7 deste Termo de Referência, e tabela abaixo:

Tabela 1 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS

De	Até	Conceito	Aliquota Liberação	Aliquota Desconto
0	2	Péssimo	95,00%	5,00%
3	5	Ruim	96,50%	3,50%
6	8	Bom	98,50%	1,50%
9	10	Ótimo	100,00%	0,00%

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado na Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, durante a execução contratual.

A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas.

A empresa Contratada, após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais, conforme previsto em contrato.

A contratada poderá apresentar modelo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR utilizado em seus contratos para a avaliação dos serviços prestados, cabendo à Administração avaliar a possibilidade de utilizar o modelo apresentado pela contratada e aprová-lo para aferição mensal dos serviços.

A fiscalização do contrato contará com um Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, designado pela Cogic – Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi e designados pela Cogic que irão acompanhar todas as atividades/operações do serviço, além de apoio administrativo para dar suporte ao fechamento das faturas mensais e nas atividades operacionais.

A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio de seu fiscal operacional. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido, a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço.

IMR - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GRÁFICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, PARA ATENDER AO GRSA

2023

Serviço de Gráfica com fornecimento de material e instalação, quando necessário

AValiação da Fiscalização

Resposta Manual

DESCRIÇÃO

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Pontuação Aplicada Após	Legenda da Pontuação Aplicada	% de GLOSA A SER APLICADA	% de Liberação da Fatura
De forma geral, como pode ser avaliada a prestação dos serviços de gráfica?	10,00	Ótimo	0,00%	100,00%
Observação:				
De forma geral, como podem ser avaliadas as ações relacionadas às informações prestadas ao fiscal do contrato acerca das demandas solicitadas?	10,00	Ótimo		
Observação:				
Após o recebimento da OS a Contratada retornou com o pré-agendamento no prazo estabelecido em TR de 24 horas?	10,00	Ótimo		
Observação:				
Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e horário comercial, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato. O serviço ocorreu conforme estabelecido em TR?	10,00	Ótimo		
Observação:				
De forma geral, a contratada adota critérios e práticas de sustentabilidade previstos no TR?	10,00	Ótimo		
Observação:				
De modo geral, quanto aos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais entregues, a contratada reparou, corrigiu, removeu ou substituiu, as suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato o que se fizer necessário?	10,00	Ótimo		
Observação:				
		Péssimo		
Observação:				
		Péssimo		
Total Geral	10,00	Ótimo		

LEGENDA - SLA

10	9		ÓTIMO
8	6		BOM
5	3		RUIM
2	0		PÉSSIMO

De	Até	Conceito	Alíquota Liberação	Alíquota Desconto
0	2	Péssimo	95,00%	5,00%
3	5	Ruim	96,50%	3,50%
6	8	Bom	98,50%	1,50%
9	10	Ótimo	100,00%	0,00%

APÊNDICE II - ORDEM DE SERVIÇO

Segue abaixo modelo de Ordem de Serviço:

ORDEM DE SERVIÇO		nº xx/2025	
SOLICITANTE		FIOCRUZ / CSO / Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental	
EMAIL		patricia.borioni@fiocruz.br	TELEFONE
CONTRATO		2209-2123	
		DATA DO PEDIDO	
COLOQUE UM "X" NA CAIXA APROPRIADA		QUANTIDADE	
<input type="checkbox"/>	ADESIVO		
<input type="checkbox"/>	BANNER		
<input type="checkbox"/>	CALENDÁRIO		
<input type="checkbox"/>	WIND BANNER		
<input type="checkbox"/>			
<input type="checkbox"/>			

<div></div>	
NECESSÁRIO ENVIO DE AMOSTRA	
SIM <input type="checkbox"/>	
NÃO <input type="checkbox"/>	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
<div></div>	
Solicitado por:	
<div></div>	
PARA PREENCHIMENTO DA CONTRATADA COM PRÉ AGENDAMENTO	
SERVIÇO AGENDADO PARA:	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
<div></div>	
ENTREGA DO SERVIÇO CONCLUÍDO EM:	
OBSERVAÇÕES:	
<div></div>	

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Membro da comissão de contratação

DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA

Membro da comissão de contratação

PATRICIA OLIVEIRA BORIONI DE MELO

Membro da comissão de contratação

THAYS LIMA GOTTGROY DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

PRISCILLA DA SILVA NOGUEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO 1 ETP.pdf (3.95 MB)
- Anexo II - Atestdo de vistoria.pdf (31.99 KB)

Estudo Técnico Preliminar 18/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000116/2025-29

2. Descrição da necessidade

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para avaliar as soluções existentes quanto ao suprimento de materiais gráficos necessários à comunicação visual e impressos diversos, utilizados na divulgação de eventos e projetos institucionais.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, bem como embasar a elaboração do Termo de Referência das mesmas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP Digital).

Justificativa:

A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) da Cogic, através da Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) é responsável por diversos Programas e Projetos ambientais. Estas atividades devem buscar seguir as premissas da sustentabilidade, sendo executadas considerando o equilíbrio ambiental, econômico e social. Neste sentido, a GRSA/CSO é responsável por disseminar informações e sensibilizar os usuários da Fiocruz, a fim de que esta contribua para um desenvolvimento mais sustentável dentro e fora da Instituição.

Desta forma, a área de Educação Ambiental da GRSA tem como missão sensibilizar, informar, conscientizar e mobilizar os colaboradores, visando reduzir: o uso de materiais de consumo diários, a utilização de recursos naturais, a geração de resíduos, além de ministrar treinamentos e palestras junto aos respectivos setores, a fim de orientar o descarte correto de resíduos (junto aos respectivos setores) e incentivar a participação dos usuários no Programa de Coleta Seletiva da Fiocruz. Além disso, tem como objetivo principal disseminar a cultura de sustentabilidade para os trabalhadores e usuários dos *campi* Fiocruz.

Sendo assim, é um dos serviços que contribui para a redução nos custos da unidade (aspecto econômico), redução de impactos ambientais negativos (aspecto ambiental) e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (aspecto social), em busca do alcance da sustentabilidade. Uma conduta sustentável é um processo que implica em mudança de cultura e desenvolvimento ou revisão de valores, tarefa árdua, a qual não é rápida nem fácil, pois a maior parte das pessoas ainda não se percebe como agente mudança.

Nesse sentido, o objetivo principal é fazer com que cada trabalhador, bem como o usuário-cidadão da Fiocruz compreenda os problemas que qualquer atividade antrópica traz ao meio ambiente, entendido aqui - para além de uma visão distante e algumas vezes romanceada de florestas e mares - também como o próprio entorno imediato das pessoas. A partir dessa compreensão espera-se que as mesmas busquem modificar seus hábitos e condutas, de forma a diminuir suas pegadas ecológicas, minimizando, portanto, seu impacto ambiental negativo, conforme o conceito de *triple bottom line* (Tripé da Sustentabilidade).

A sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público. Em relação ao setor público o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo-se também um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas, conforme dispõe a nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021.

Dentre os principais programas e projetos, pode-se citar: o Programa institucional de Coleta Seletiva, Programa CompostAÇÃO, Concurso de Fotografias da Fiocruz, as Campanhas de conscientização ambiental e o Circuito Ambiental, os quais são necessários materiais impressos de divulgação para atender a finalidade de sensibilização ambiental para as atividades finalísticas da instituição.

Salienta-se a necessidade de materiais gráficos que são essenciais para a sensibilização ambiental (como, as lonas de banner, faixas de divulgação, folders, adesivos com características de laminação (esta laminação permite maior durabilidade dos adesivos em área externa - devido à exposição ao sol e chuva diariamente). Os mesmos não estão disponíveis pela reprografia da Cogic/Fiocruz. Além disso, a atual reprografia da Cogic não possui maquinário adequado para a impressão de determinados tamanhos de lonas de banner, para suporte às atividades da GRSA

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental	Jorge de Oliveira Cariuz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A solução deverá observar os critérios de sustentabilidade constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União – CGU;
2. A solução deverá assegurar o conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação, conforme a logística reversa;

3. A escolha da melhor solução deverá considerar e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
4. A escolha da melhor solução deverá assegurar a correta e segura estocagem, armazenamento, acondicionamento e transporte dos materiais até a efetiva entrega dos itens à Fiocruz;
5. A solução deve prever, para que não haja prejuízos aos prazos estabelecidos e cumprimento das obrigações do Setor de Educação Ambiental, o atendimento com agilidade e presteza, bem como profissionais capacitados para a execução dos serviços.
6. A solução deve considerar que os equipamentos, programas e meios de comunicação (e-mails), devem ser atuais e modernos, detentores de capacidade para o recebimento de arquivos pesados, independentemente do local da prestação dos serviços;
7. A solução deverá prever a entrega de amostra, para todos os materiais previstos nos itens 2 e 3; cujas especificações serão posteriormente inseridas no Termo de Referência;
8. A escolha da melhor solução deverá considerar a capacidade para assimilar e utilizar rapidamente as novas tecnologias;
9. A escolha da melhor solução deve prever instalações e/ou locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes.
10. A solução deverá atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI /MPOG.
11. A solução deverá prever o recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.
12. A solução deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
13. A solução deverá utilizar tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

14. A solução deverá observar a logística reversa dos materiais necessários na entrega do serviço que é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a serem seguidas, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
15. A solução deverá observar o art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG, que indica exemplos de produtos sustentáveis.

Os requisitos mencionados foram estabelecidos visando garantir que a contratação atenda às necessidades da Administração de forma segura e eficiente.

5. Levantamento de Mercado

Atualmente, temos uma contratação vigente para serviços gráficos com fornecimento de materiais. No entanto, os fornecedores não demonstraram interesse na renovação do contrato devido aos preços defasados ofertados no pregão. Apenas o índice de ajuste proposto não consegue refletir a realidade dos preços praticados atualmente, tornando inviável a renovação do contrato nos termos anteriores.

Com base nas experiências adquiridas durante a vigência do contrato atual, optamos por atualizar quase todos os itens para metro quadrado. Essa mudança visa proporcionar maior flexibilidade, evitando a amarração dos itens do contrato a serviços pré-determinados e específicos.

O Estudo Técnico Preliminar analisou os cenários para atender à necessidade exposta no **item 2** deste documento e verificou as opções, soluções e se a demanda possui produtos e fornecedores para atender à Coordenação de Serviços Operacionais.

Solução I: Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada

Solução II: Aquisição de Material para confecção na Reprografia da Cogic

Análise das Soluções:

Quanto à solução "I – Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada". Essa solução é amplamente adotada pelos órgãos da Administração Pública, atualmente conhecida como *outsourcing* de impressão. Ao optar por Prestadores de Serviços especializados, não há custo com estruturas internas (locação e/ou aquisição de equipamentos) relacionados à produção dos materiais solicitados.

Quanto à solução "II - Aquisição de Material para confecção na Reprografia da Cogic" não configura-se uma solução adequada visto para alguns materiais não há uma estrutura existente para a produção dos itens demandados, gerando mais custo na própria criação da estrutura, do que na compra através de prestador especializado.

Isso significa que ao escolher o modelo através de Prestadores de Serviços especializados, a Administração Pública se beneficia da entrega dos bens, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção.

Verificou-se que há uma oferta razoável de fornecedores no mercado para o tipo de material solicitado pelo requisitante, conforme abaixo:

PESQUISA DE MERCADO - GRÁFICAS							
Gráfica	CNPJ	CNAE	Licenças Ambientais	CTF	PGRS	Porte da empresa	ESTADO
GRAFICA TITANIUM EDITORA SERVICOS E	47.331.953/0001-04	18130	Não possui	Possui	Não possui	Micro empresa	RJ
Djc Artes Graficas LTDA	18.209.941/0001-03	18130	Não possui	Possui	Não possui	Micro empresa	RJ
SAROM II SERVICOS GRAFICOS E PAPELARIA	01.760.877/0001-43	58298	Não possui	Não possui	Não possui	Micro empresa	RJ
Trena Triangulo Editora Nacional LTDA	32.020.943/0001-72	58212	Possui	Não informado	Não possui	Micro empresa	RJ
Quatro Cores Grafica e Editora LTDA	08.071.230/0001-53	18211	Não possui	Não possui	Possui	Micro empresa	SP
INFORPRINT ETIQUETAS E ROTULOS ADESIVOS LTDA	00.716.740/0001-29	18130	Possui	Possui	Possui	Micro empresa	SP
AGGIO SOLUCOES EM COMUNICACAO VISUAL	36.430.322/0001-18	1813	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
NAVE SUB INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	18.501.831/0001-02	58298	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
DIGITAL RIO GRAFICA LTDA	14.289.804/0001-67	62023	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
NOVA DUPLA SOLUCAO GRAFICA COMUNICACAO E COMERCIO LTDA	09.589.815/0001-22	18130	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
WALPRINT GRAFICA E EDITORA LTDA	04.656.762/0001-00	58212	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
Nb Nova Brasileira Servicos Graficos LTDA	01.485.063/0001-48	18130	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
ZIT GRAFICA E EDITORA LTDA	33.955.436/0002-74	58212	APENAS EDITORA DE LIVROS			Pequeno Porte	RJ

Pregões concluídos:

1. Pregão nº 40/2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
2. Pregão nº 15/2022 do Comando do Exército - Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana
3. Pregão nº 27/2022 do Fundo Municipal de Saúde de PMVR/RJ;
4. Pregão nº 12/2022 da Universidade Federal do Pará;
5. Pregão nº 918/2022 Prefeitura de Corguinho/MS;
6. Pregão nº 16/2022 Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - São Paulo.

Como se observa, essa escolha através de empresa especializada é utilizada por diversos órgãos, federais, estaduais e municipais.

Resumo da análise:

Prestação de Serviço através de Empresas Especializadas: É possível/viável a realização de procedimento licitatório, através de Pregão Eletrônico

Fornecimento através da Reprografia da Cogic: Não é viável, pois não há uma estrutura existente para a produção dos materiais demandados.

6. Descrição da solução como um todo

Conforme descrito no item acima, entendemos que a solução a ser utilizada é a Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada", através de Pregão Eletrônico com posterior elaboração do Termo de Referência que deverá conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para atingir a finalidade da licitação.

A solução enquadra-se como aquisição de bens comuns, uma vez que suas especificações no mercado são usuais, ou seja, rotineiramente (habitualmente) utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores prestam o serviço e fornecem os materiais com os padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais do mercado, não sendo, portanto, algo incomum.

Isto posto, diante da definição e descrição da solução como um todo, a especificação dos serviços a serem adquiridos estão descritas detalhadamente no item abaixo (estimativa das quantidades a serem contratadas), com vistas ao atendimento das necessidades da Coordenação de Serviços Operacionais/Cogic/Fiocruz. Isso significa que ao escolher o modelo de Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada, a Administração Pública se beneficia dos serviços e entrega dos bens, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção e instalação.

A participação nos lotes 01, 02, 03 e 04 será exclusiva para Microempresas - ME - ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme disposto no art.48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006 c/c art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018. Em que pese a garantia estipulada pelo artigo 48, inciso I, da LC nº123/2006 e artigo 6.º do Decreto nº8.538/2015, a vista da especificidade dos serviços, caso não haja atendimento pelas empresas com tratamento favorecido, as demais empresas poderão ser selecionadas.

Ressalta-se que é de extrema importância que a solução habilite empresas especializadas que adotem práticas sustentáveis conforme prevê a Nova Lei de Licitações, visto que o Estado é um grande consumidor de bens e serviços e que adotando exigências procedimentais sustentáveis pode influenciar as empresas a produzir bens, materiais e serviços respeitando o desenvolvimento nacional sustentável.

A sustentabilidade deve nortear todas as ações da Administração Pública e da sociedade, já que, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Desta forma a solução deve prever a depender do porte e o potencial poluidor da empresa o licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal (CTF). Segundo o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, o licenciamento ambiental é um instrumento de gestão ambiental que visa prevenir, controlar e mitigar os impactos ambientais causados por empreendimentos e atividades potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente. O licenciamento ambiental pode ser federal, estadual ou municipal, conforme a competência definida pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

De acordo com o Guia Técnico Ambiental da Indústria Gráfica, elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, as gráficas são classificadas em três categorias, conforme o porte e o potencial poluidor: pequeno (até 10 funcionários e baixo potencial poluidor), médio (de 11 a 50 funcionários e médio potencial poluidor) e grande (acima de 50 funcionários e alto potencial poluidor).

Cada categoria está sujeita a um tipo de licenciamento ambiental diferente, que pode ser simplificado, ordinário ou especial. O licenciamento ambiental simplificado é aplicável às gráficas de pequeno porte, que devem apresentar um requerimento e um relatório ambiental simplificado ao órgão ambiental competente. O licenciamento ambiental ordinário é aplicável às gráficas de médio porte, que devem apresentar um requerimento e um estudo de impacto ambiental ao órgão ambiental competente. O licenciamento ambiental especial é aplicável às gráficas de grande porte, que devem apresentar um requerimento e um estudo de impacto ambiental e realizar uma audiência pública ao órgão ambiental competente.

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade e custo do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer e prestar os serviços de forma independente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender os Serviços de Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), tomando como parâmetro projetos existentes e demandas rotineiras, conforme abaixo:

ITEM	Objeto	Subitem	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
1	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - <u>ADESIVO</u>	1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 <u>com laminação</u>	17353	1000	m²
		2	Instalação de Adesivos em vinil		1000	m²
		3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) <u>com instalação</u>		500	Unidade
		4	Adesivos vinil de recorte		100	m²
		5	Instalação Adesivos vinil de recorte		100	m²

ITEM	Objeto	Subitem	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
2	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e	1	Lona Frontlight 440g, 4/0; <u>com laminação</u> ; brilho/fosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras.	17353	500	m²
		2	Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0;		500	m²

ITEM	Objeto	Subitem	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
3	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - <u>CALENDRÁRIO</u>	1	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; <u>BASE</u> : Material: cartão triplex 300g/m²; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; <u>MILO</u> : Material couchê matte 115g/m². Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	17353	200	Unidade
		2	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m². Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho). 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo "wire-o" de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base.		650	Unidade

ITEM	Objeto	Subitem	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
4	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - <u>WIND BANNER</u>	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,2m x 0,70m	17353	20	Unidade
		2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banner		100	Unidade

As quantidades são compostas por vários itens inter-relacionados, o que viabiliza e torna desejável a prestação de serviço com fornecimento de material por uma única empresa, por lotes. Ademais, as empresas do ramo comumente têm expertise para prestar todos os serviços e/ou fornecer todos os subitens do item, de forma que a concentração dos serviços/materiais em itens não representa prejuízo à competitividade que se deseja no processo licitatório.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 684.764,00

A estimativa do valor da contratação considerou os preços referenciais obtidos conforme metodologia de pesquisa abaixo descritas:

- Consulta realizada diretamente com empresas fornecedoras de materiais;

A pesquisa acima mencionada encontra-se como anexo deste ETP, com as cotações dos Prestadores de Serviço.

PLANILHA DE CÁLCULO DO PREÇO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS										
ITEM		Subitem	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Média Valor total
1	A D E S I V O	1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação	m²	1.000	DJC Comercial Ltda	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00	R\$ 113,75	R\$ 113.750,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 95,00	R\$ 95.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 120,00	R\$ 120.000,00		
						DJC Comercial Ltda	R\$ 410,00	R\$ 410.000,00		
		2	Instalação de Adesivos em vinil	m²	1.000	Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ -	R\$ -	R\$ 308,75	R\$ 308.750,00
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 750,00	R\$ 750.000,00		
						DJC Comercial Ltda	R\$ 390,00	R\$ 195.000,00		
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00		
		3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz)	Unid	500	ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 17,60	R\$ 8.800,00	R\$ 216,40	R\$ 108.200,00
						SAROM RJ	R\$ 450,00	R\$ 225.000,00		
						DJC Comercial Ltda	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00		
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00		
		4	Adesivos vinil de recorte	m²	100	SAROM RJ	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00	R\$ 138,75	R\$ 13.875,00
						DJC Comercial Ltda	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00		
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ -	R\$ -		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00		
						SAROM RJ	R\$ 490,00	R\$ 49.000,00		
		5	Instalação Adesivos vinil de recorte	m²	100	DJC Comercial Ltda	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00	R\$ 218,75	R\$ 21.875,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ -	R\$ -		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00		
						SAROM RJ	R\$ 490,00	R\$ 49.000,00		
						DJC Comercial Ltda	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00		
									R\$ 566.450,00	
2	B A N N E R	1	Lona Frontlight 440g, 4/0; com laminação; brilho/fosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras.	m²	500	DJC Comercial Ltda	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00	R\$ 119,05	R\$ 59.524,00
						Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica	R\$ 90,00	R\$ 45.000,00		
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 48,24	R\$ 24.120,00		
						SAROM RJ	R\$ 160,00	R\$ 80.000,00		
						Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP	R\$ 167,00	R\$ 83.500,00		
		2	Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0;	m²	500	DJC Comercial Ltda	R\$ -	R\$ -	R\$ 17,58	R\$ 8.790,00
						Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica	R\$ 30,00	R\$ 15.000,00		
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 40,32	R\$ 20.160,00		
						SAROM RJ	R\$ -	R\$ -		
						DJC Comercial Ltda	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00		
						Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica	R\$ 90,00	R\$ 45.000,00		
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 48,24	R\$ 24.120,00		
						SAROM RJ	R\$ 160,00	R\$ 80.000,00		
						Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP	R\$ 167,00	R\$ 83.500,00		
									R\$ 68.314,00	

ITEM		Subitem	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Valor total
3	C A L E N D Á R I O	1	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; cartão triplex	Unid	200	DJC Comercial Ltda	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00	R\$ 34,80	R\$ 6.960,00
						Titanium Editora Serviços e Negocios	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 31,90	R\$ 6.380,00		
	2	Calendário capa dura em espiral em papelão, revestido em couchê	Unid	650	DJC Comercial Ltda	R\$ 24,90	R\$ 16.185,00	R\$ 28,27	R\$ 18.373,33	
					Titanium Editora Serviços e Negocios	R\$ 30,00	R\$ 19.500,00			
					SAROM RJ	R\$ 29,90	R\$ 19.435,00			
								R\$	25.333,33	

ITEM		Subitem	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Valor total
4	W A N D E R	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,2m x 0,70m	Unid	20	DJC Comercial Ltda	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00	R\$ 543,33	R\$ 10.866,67
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 590,00	R\$ 11.800,00		
		2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banner	Unid	100	Gráfica e Comunicação Visual	R\$ 129,00	R\$ 12.900,00	R\$ 138,00	R\$ 13.800,00
						PRINT RIO SIGN IMPRESSÃO DIGITAL LTDA	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00		
						Inject Plus	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00		
									R\$	24.666,67

TOTAL		R\$	684.764,00
-------	--	-----	------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação se dará por lotes em função das exigências dos produtos terem relações qualitativas e especificidades entre si, permitindo que as empresas participem, de acordo com suas atividades e em consonância com as práticas de mercado, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame, entretanto preservando as qualidades dos objetos a serem fornecidos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A demanda está associada diretamente as atividades de Educação Ambiental do GRSA orientada pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.

Existem alguns contratos na Cogic que possuem correlação com a necessidade demandada, tais como os destacados para os materiais que serão utilizados nos carrinhos elétricos, nos Ecopontos, dentre outros.

Ressalta-se que a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I - Artigo 1º diz que Educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para este serviço com fornecimento de materiais e instalação, conforme descrição da necessidade está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC, bem como previsto no SPGC 2025, conforme DFD nº 382/2024 e detalhamento a seguir.

Dados do projeto:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais - CSO.

Projeto: 0032.2000.565.00026 - Proc: 116/2025-29 - Serviços de Gráfica para atender a Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental.

Iniciativa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 – Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1001000000 – Loa Corrente

Elemento de Despesa Corrente: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.

Subelemento: 339039 - 63 – Serviços Gráficos e Editoriais

DFD nº: 382/2024

Classe/Grupo: 891

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Disseminar a cultura de sustentabilidade para os trabalhadores e usuários dos campi Fiocruz;

2. Difusão dos meios de comunicação de massa, programas e campanhas educativas da instituição, informações temáticas sobre o meio ambiente;
3. Mudanças de hábitos e condutas, de forma a diminuir suas pegadas ecológicas, minimizando, portanto, seu impacto ambiental negativo;
4. Possibilitar a entrega dos serviços e materiais, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção;
5. Evitar a compra de equipamentos modernos que podem apresentar alto custo, manutenção e ficarem obsoletos em curto prazo pela existência de novas tecnologias de mercado;
6. Assegurar a boa execução dos serviços com condições necessárias ao atendimento dos objetivos da missão e da política da Instituição;
7. Manter um meio ambiente saudável e equilibrado para a execução das atividades fins da Fiocruz.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização destas contratações, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução contratual.

Haverá um cronograma de execução dos serviços e os materiais fornecidos serão utilizados de forma imediata.

14. Possíveis Impactos Ambientais

De forma resumida, a norma ABNT NBR ISO 14001:2004 define aspectos e impactos ambientais da seguinte maneira:

- Aspecto ambiental: elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização, que podem interagir com o meio ambiente.
- Impacto ambiental: qualquer modificação no meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte no todo ou em parte das atividades, produtos ou serviços de uma organização.
- Abaixo listamos possíveis impactos ambientais de uma indústria gráfica e medidas mitigadoras, acerca do que deverá ser feito para evitar ou reduzir suas consequências.

- **Consumo de matérias-primas** – Na atividade gráfica, o papel é uma das principais matérias-primas utilizadas e este é um recurso finito, proveniente das árvores, que necessita de leis socioambientais aplicáveis e os mais rigorosos critérios de manejo florestal.

Impacto: Desmatamento.

Ação Mitigadora: Uso responsável dos recursos florestais, utilização de madeira de reflorestamento, com selo FSC, garantindo o cuidado, a preservação do meio ambiente eficiente e sustentável.

- **Geração de resíduos sólidos** – Na atividade gráfica são gerados resíduos sólidos classificados como Classe I, ou seja, resíduos perigosos: latas plásticas contendo restos de tinta pastosa, solvente de limpeza sujo, sobras de tinta, vernizes ou adesivos, panos de limpeza sujos com solventes orgânicos e tinta, insumos químicos vencidos ou fora de

especificação, lâmpadas fluorescentes usadas, EPIs impregnados com químicos e óleo lubrificante queimado estão entre os principais resíduos sólidos Classe I gerados nas gráficas.

Impacto: Quando descartados inadequadamente, podem contaminar o solo, podendo chegar aos lençóis freáticos, contaminando assim, rios e mares.

Ação Mitigadora: Responsabilizar- se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços, conforme plano de gerenciamento de resíduos;

- **Geração de efluentes líquidos** – Na atividade gráfica, como principal efluente líquido, temos aqueles provenientes do descarte dos banhos de processamento da imagem e da forma. Além disso, existem aqueles provenientes dos processos da limpeza de rolos e equipamentos e lavagem do piso. Predominantemente, em áreas urbanas, o principal destino desses efluentes é a rede municipal de esgotos. Porém, para que este lançamento possa ser realizado existem restrições legais quanto à concentração de diversas substâncias.

Impacto: O lançamento de forma inadequada pode causar a contaminação do solo e dos recursos hídricos, resultando na alteração da qualidade da água, mortandade de peixes e /ou odor desagradável.

Ação Mitigadora: Responsabilizar- se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços, preferencialmente tratando seus efluentes líquidos em ETE;

- **Emissões atmosféricas** – As principais emissões atmosféricas da indústria gráfica são os Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) que evaporam dos solventes, tintas, vernizes ou adesivos. Não existem padrões de controle ambiental para esse tipo de composto.

Impacto: Os Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) podem promover odores, causar dor de cabeça, alergia cutânea, irritação dos olhos, nariz e garganta, falta de ar, fadiga, tontura e provocar reclamações da circunvizinhança.

Ação Mitigadora: As emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) podem ser eliminadas com o emprego de equipamentos específicos disponíveis no mercado.

- **Ruído e vibrações** – A indústria gráfica possui, em seus processos, diversos equipamentos que geram ruído e vibrações, como as impressoras ou as máquinas de pós-impressão, como grampeadeiras, dobradeiras e vincadeiras.

Impacto: Em face do ruído excessivo poder causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição, desconforto e insalubridade também pode causar estresse, diminuindo a eficiência e qualidade das atividades humanas.

Ação Mitigadora: Atender às orientações técnicas estabelecidas pela a norma NBR 10.151, da ABNT, instituída como obrigação legal na Resolução Conama nº1, de 08 de março de 1990. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel (Db).

A fim de minimizar os impactos possivelmente provocados pelos processos produtivos de uma indústria gráfica, listamos algumas práticas de sustentabilidade que devem ser adotadas pelos prestadores/fornecedores, além de demais regulamentações que sejam aplicadas sobre os serviços contratados, tais como:

- As práticas ambientais sustentáveis mencionadas visam promover a proteção ambiental, a redução da poluição e a utilização mais sustentável dos recursos naturais, assim como atuar em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª Edição Out 2024.
- A contratação deve estar alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), da Fiocruz.
- Realizar a análise do ciclo de vida do produto, levando em consideração os seguintes processos:
 - PRODUÇÃO – Avaliar os materiais utilizados na fabricação, se são reciclados, biodegradáveis, atóxicos, de madeira de reflorestamento e como é o processo de produção, se usa trabalho infantil e/ou escravo e se as máquinas reduzem os resíduos gerados;
 - DISTRIBUIÇÃO - Avaliar se as embalagens são compactas, se a indústria é local e se o produtor é local;
 - USO – Avaliar se o produto economiza água e energia e se é educativo, que leva à conscientização ambiental;
 - DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA - Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e/ou com possibilidade para o reuso.
 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL – A valorização de serviços produzidos localmente pode estimular a economia da região e reduzir os impactos ambientais e sociais decorrentes do transporte de longa distância.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Membro da comissão de contratação

DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA

Membro da comissão de contratação

PATRICIA OLIVEIRA BORIONI DE MELO

Membro da comissão de contratação

THAYS LIMA GOTTGROY DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

PRISCILLA DA SILVA NOGUEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Orçamento_item 1.pdf (1.18 MB)
- Anexo II - Orçamento_item 2 e 4.pdf (1.54 MB)
- Anexo III - Orçamento_item 3.pdf (1.13 MB)



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação	m²	1.000	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
2	Instalação de Adesivos em vinil	m²	1.000	R\$ 410,00	R\$ 410.000,00
3	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	m²	500	R\$ 390,00	R\$ 195.000,00
4	Adesivos vinil de recorte	m²	100	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
5	Instalação Adesivos vinil de recorte	m²	100	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00
					R\$ 803.000,00

Valor total R\$ 803.000,00 (Oitocentos e Três Mil Reais)
Validade da proposta, 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho
Prazo de entrega 10 dias úteis.
Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 14 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva
CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ
DJC COMERCIAL LTDA
Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos – Rio de Janeiro Cep. 21.030-040
Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374
CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.
Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 – Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040

Rio de Janeiro , 11/04/2025

À FIO CRUZ

At.

Fone:

milena.maciell@fiocruz.br

Fax:



Kat's Grafica e Editora Ltda

R. Felisbello Freire, 591 Ramos Rio de Janeiro RJ

CEP 21031-250 Fone: (21)3881-5905

CNPJ: 73.654.394/0001-75

www.katsgrafica.com.br

email: orcamento@katsgrafica.com.br

Prezado cliente,

Vimos através desta apresentar nossa proposta orçamentária para a confecção do(s) serviço(s) conforme especificações abaixo:

Item(s) solicitado(s) do orçamento **044370.**

✓044370.01 **1.000 Adesivos Uv - M2 vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação**

100x100cm, 4x0 cores em Adesivo Vinil.

Prova Virtual em PDF, Laminação Fosca de Proteção=1 lado(s).

Valor Total: R\$ 90.000,00

Unitário: R\$ 90,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

✓044370.02 **500 Adesivos Uv - vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm**

22x16cm, 4x0 cores em Adesivo Recorte.

Prova Virtual em PDF.

Valor Total: R\$ 4.000,00

Unitário: R\$ 8,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

✓044370.03 **500 Adesivos Uv - Adesivos vinil de recorte**

100x100cm, 4x0 cores em Adesivo Recorte.

Prova Virtual em PDF.

Valor Total: R\$ 60.000,00

Unitário: R\$ 120,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

ORÇAMENTO DA INSTALAÇÃO PODENDO VARIAR DE
ACÓRDO COM CADA LOCAL

Validade da proposta : 10 dias.

As quantidades dos serviços não numerados poderão sofrer variação em 10% a mais ou a menos e serão devidamente faturadas.

Arte e provas não estão inclusas no orçamento quando não discriminadas e custo da 2ª prova será cobrada a parte.

A gráfica não se responsabiliza por erros quando a arte for fornecida e ou revisada pelo cliente.

*Entrega sem custo adicional no perímetro determinado pela gráfica, a confirmar.

Na aprovação do serviço o cliente esta de acordo com as observações acima, solicitamos o envio dos dados para faturamento e local de entrega.

Vendedor

Atenciosamente,


KATS GRAFICA E EDITORA LTDA
KATIA DUTRA - DIRETORA

Autorizo a confecção dos itens acima assinalados,

FIO CRUZ

Duque de Caxias, 11 de abril de 2025

Para: **Fundação Oswaldo Cruz**
CNPJ: **33.781.055/0003-05**

A/c.: **Milena Maciel**

Orçamento:

Nº	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	QT.	PREÇO UN.	VALOR TOTAL
1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação m²	1000	R\$ 95,00	R\$ 95.000,00
2	Instalação de Adesivos em vinil m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00
3	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	500	R\$ 17,60	R\$ 8.800,00
5	Adesivos vinil de recorte m²	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
6	Instalação Adesivos vinil de recorte m²	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
TOTAL				R\$ 195.800,00

Forma de Pagamento: Depósito / Transferência / Pix

Dados Bancários:

Banco: Caixa
AG: 4162
OP: 003
C/c: 00000001-6
Favorecido: ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 03.939.237/0001-20

Este orçamento tem validade de 60 dias. Após este período, favor consulte-nos novamente. Todos os preços informados estão expressos em Reais (R\$) e são exclusivos para este orçamento.


Miguel Rangel
Sócio Gerente

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio, 16/04/25

A/C. Srtª Milena PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação por metro	m ²	1000	120,00	120.000,00
02	Instalação de Adesivos em vinil	m ²	1000	750,00	750.000,00
03	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	m ²	500	450,00	225.000,00
04	Adesivos vinil de recorte	m ²	100	170,00	17.000,00
05	Instalação Adesivos vinil de recorte	m ²	100	490,00	49.000,00

(total 1.161.000,00) (hum milhão e cento sessenta um mil reais)

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega (07) dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 3262-0 Conta corrente: 0038057-1

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



(21) 4138-1703



sromrj@gmail.com



(21) 99148-1683



R. Marques de Oliveira, 174 – Ramos, Rio de Janeiro (RJ) CEP: 21031-710



16 de Abril de 2025

Orçamento: 25042

FIOCRUZ UKOU II

Destinado à

**COORDENACAO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
CAMPI**

Telefone: (0021) 5984-200 / (0021) 5984-200

AVENIDA BRASIL, 4365 | MANGUINHOS

Segue a nossa proposta para prestação dos serviços abaixo relacionados, conforme solicitado.

Descrição do item	Quant. x Unitário	Desconto	Valor Final
1. Lona 440 g/m2 com impressão (1.000 x 1.000 - 1m²) <i>Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.</i>	500 UN x R\$ 90,00		R\$ 45.000,00
2. Serviço de instalação de lona (1.000 x 1.000 - 1m²) • <i>Instalação de lonas com abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.</i> • <i>Altura máxima de instalação - 3 metros de altura.</i> • <i>Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.</i> • <i>500 m²</i>	500 UN x R\$ 30,00		R\$ 15.000,00

Proposta válida até 16/05/2025

Subtotal

R\$ 60.000,00

Forma de Pagamento: Não definido

Total

R\$ 60.000,00

Cliente retira

Prazo de Entrega: 7 dias após aprovação

- 1) Crédito e condição de pagamento sujeito à aprovação;
- 2) Impressos c/ alta exigência colorimétrica exige-se prova de cor;
- 3) Não nos responsabilizamos por características e especificações dos projetos gráficos fornecidos pelo cliente;
- 4) Prazo de entrega são previsões que poderão se alterar e modificar de acordo com o andamento do processo produtivo;
- 5) Não aceitamos cancelamentos de pedidos após iniciado o processo de produção; e
- 6) Para aplicação de adesivos em ambientes internos é necessário que a refrigeração seja desligada por ao menos 6h antes do início do trabalho e permanecer desligado pelo até o término da instalação.

Razão social: Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica Ltda.
Av. Adalgisa Colombo, nº 135 / lj 2067 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22775-026.

CNPJ: 01.327.126/0001-38
Inscrição Municipal: 0217337-9
Inscrição Estadual: 78879173

• Impostos inclusos

• Validade da proposta: 60 dias.

Dados Bancários para Transferencia
Banco C6 - 336
Agência - 0001
Conta: 14712436-0
Tipo: Conta corrente
Pix - CNPJ: 01.327.126/0001-38

Atenciosamente,
Administrador

De acordo, ____ / ____ / ____

CLAPP - SOLUCOES EM PRODUCAO GRAFICA ECOORDENACAO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
FOTOGRAFICA LTDA
01.327.126/0001-38

CAMPI
33.781.055/0003-05



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1	Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.	m²	500	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00
2	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. (Favor colocar separado o valor da instalação no orçamento). Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM ESCADA) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.	DIÁRIA	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
3	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. (Favor colocar separado o valor da instalação no orçamento). Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM CAMINHÃO MUNCK) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.	5 HORAS	1	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00
4	ind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,20 m x 0,70 m.	unidades	20	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00
					R\$ 85.400,00

Valor total R\$ 85.400,00 (Oitenta e Cinco Mil e Quatrocentos Reais)
Validade da proposta, 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho
Prazo de entrega 20 dias úteis.
Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 16 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva
CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ
DJC COMERCIAL LTDA
Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos – Rio de Janeiro Cep. 21.030-040
Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374
CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.
Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 – Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040



Razão Social: Fpaiva comunicação Visual EIRELI ME.
Endereço: Rua Gaturamo, Nº: 185, Campo Grande - RJ- Cep: 23081-190
Telefones de Contato: (21) 3377- 6220 / (21) 99620 -5575
CNPJ: 20.044.698/0001-54
Inscrição Municapl: 06.10890-3 / / Inscrição Estadual: 86.810050

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025.

Orçamento Nº: 0889.2025

À FioCruz

Att: Alan Alves Santos

Conforme sua solicitação, apresentamos orçamento para produção e instalação de:

Referência	Medida (Cm)	Qts.	R\$:Unit.	R\$:Total
Lona Front light 440g, 4/0; Brilho Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas .	500 m²	01	24.120,00	24.120,00
Instalação	500 m²	01	20.160,00	20.160,00
Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas:	2,20 x 0,70	20	350,00	7.000,00

Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.

Especificações do Orçamento:

Prazo de entrega: Até 20 dias.

Prazo de pagamento: a combinar.

Validade da Proposta: 60 dias

Atenciosamente,

Fernanda Paiva

comercial@fpaivacomunicacaovisual.com.br

De acordo em, ____/____/____

Assinatura e Identificação do cliente

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio, 17/04/25

A/C. Sr. Alan Alves

PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.	m²	500	160,00	80.000,0
02	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. COM ESCADA ATÉ 3 M ALTURA MAXIMO.	DIARIA	01	2.600,0	2.600,0
03	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM CAMINHÃO MUNCK) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Maré	EM ATE 5HS	01	4.950,0	4.950,0
04	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,20m x 0,70cm	unidades	20	590,00	11.800,0

(TOTAL 99.350,00 Noventa e nove mil e trezentos e cinquenta reais)

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega 10 dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 1240-8 Conta corrente: 0447057-5

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



(21) 4138-1703



saromrj@gmail.com



(21) 99148-1683



R. Marques de Oliveira, 174 – Ramos, Rio de Janeiro (RJ) CEP: 21031-710



Gráfica e Comunicação Visual
(21) 3335.7746 / 964887184
omega3rj@hotmail.com

Rua Alcafa 653 - Gardênia Azul -Rio de Janeiro - Tel: 3335-7746 CEP:22631-370 Rio de Janeiro - RJ / CNPJ: 08.545.387/0001-73

PROPOSTA / ORÇAMENTO

Rio de Janeiro - 15 / 05 / 2024.

Fundação Oswaldo Cruz | CNPJ: 33.781.055/0003-05;

- Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização Wind banner.
(arte e inclusa)
R\$ 129,00 und.

Total. R\$ 12.900,00 (100 und.)



Prazo de entrega : 10 dias úteis

Validade da proposta: 60 dias

Observações:

- O cliente deverá enviar o arquivo da imagem e/ou logomarca vetorizada, assim como as referências das cores a serem utilizadas;
- Pode haver diferença da cor no resultado final de produtos impressos, em relação a imagem vista através de dispositivos móveis ou tela de monitor de computador;
- A revisão do layout de imagem e ortografia nos arquivos enviados, previamente para aprovação, é de responsabilidade do contratante;
- O valor acima contempla instalação em horário comercial. Horários especiais terão que ser revistos previamente;
- Este orçamento está sujeito a alteração mediante: Inclusão ou retirada de itens ou detalhes descritos nesta proposta; alteração de medidas informadas pelo cliente; mudança de endereço da instalação ou entrega, ou fora do município do Rio de Janeiro.
- Prazo de entrega conta a partir do pagamento do sinal e o de acordo da proposta.
- O prazo estimado pode sofrer variação de até 07 dias pra mais ou pra menos, ou conforme condições climáticas. Não executamos serviços em áreas externas em dias chuvosos.

Nos colocamos a sua disposição para maiores esclarecimentos.
Contato: Michel Silva 21 - 964887184 -

omega3grafica





Matheus Lemos

Cel : (21) 96489-7473

Email : injectplusrj@gmail.com

CNPJ : 49.476.274/0001-40

14 de Maio de 2025

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CNPJ: 33.781.055/0003-05

Proposta de Orçamento

Discrição do Produto	Quantidade	Preço _(unid)
Wind Banner Modelo Pena 220x70cm arte 4 cores - Impressão 2 lados (somente tecido)	100	R\$ 200,00
Wind Banner Modelo Pena 170x48cm arte 4 cores - Impressão 2 lados (somente tecido)	100	R\$ 180,00

* **Observação:** Para o inicio da produção é necessário um pagamento inicial de 50% do valor total.
O restante deverá ser pago no momento da retirada do material.

* Pedimos de 7 dias uteis para a produção do material

* Frete Incluso

* **Formas de Pagamento:** Transferência Bancária ou PIX

* **Transferência: 403 - Cora SCD**

Agência: 0001 **Conta:** 3678191-3 **Empresa:** INJECT PLUS

PIX: 49.476.274/0001-40



PRINT RIO SIGN IMPRESSÃO DIGITAL LTDA
RUA ALDA, Nº 61
BENTO RIBEIRO - RIO DE JANEIRO/RJ
(21) 98240-0141
atendimento@printrio.com.br | 18.381.336/0001-07

ORÇAMENTO
192

Cliente: FIO CRUZ
Email: maria.migon@fiocruz.br
Tel.: (21) 96487-0350

QTD	DESC. DO PRODUTO	PRAZO	VALOR/UNID.	SUBTOTAL
100	oxford 0,70x2,20 wind banner somente tecido costurado	10 dias	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
1	Taxa de Entrega	3 dias	R\$ 80,00	R\$ 80,00

Data do orçamento:	15/05/2025	Valor / Produtos:	R\$ 8.580,00
Validade do orçamento:	20/05/2025	Desconto:	R\$ 0,00
Orçamento feito por:	RENATA2	Frete:	R\$ 0,00
		Total final:	R\$ 8.580,00



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo "wire-o" de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base.	unidade	650	R\$ 24,90	R\$ 16.185,00
2	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m²; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; MILO: Material couchê matte 115g/m². Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	unidade	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00

R\$ 22.685,00

Valor total R\$ 22.685,00 (Vinte e Dois Mil Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais)

Validade da proposta, 60 dias.

Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho

Prazo de entrega 20 dias úteis.

Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 15 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva
CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ
DJC COMERCIAL LTDA
Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos – Rio de Janeiro Cep. 21.030-040
Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374
CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.
Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 – Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio,15/04/25
A/C. Srtª Thays Lima PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Quantidade	Marca	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado).	650		29,90	19,435,0
02	Calendario de mesa com 14 laminas . Base cartão Triplex 300 grs formato 32x18cm cores 4/0 MIOLO papel couche matte 115g formato 18x11cm cores 4/4 Acabamento Ariol branco/preto	200		31,90	6.380,00

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega (25)dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 3262-0 Conta corrente: 0038057-1

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



(21) 4138-1703



sromrj@gmail.com



(21) 99148-1683



R. Marques de Oliveira,174 – Ramos, Rio de Janeiro (RJ) CEP: 21031-710



A
Fiocruz CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do	unidade	650	R\$ 30,00	R\$ 19.500,00
2	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m²; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; MIOLO: Material couchê matte 115g/m². Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	unidade	200	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00

R\$ 27.500,00

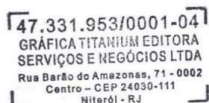
Valor total R\$ 27.500,00 (Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Validade da proposta, sessenta 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho.
Prazo de entrega 25 dias úteis.
Transporte CIF

NITEROI, 15 DE ABRIL DE 2025.

Ana Morett Zambrotti Silva

Ana Morett Zambrotti Silva - Sócia
CPF.149.043.417-83 / RG. 23.828.340-2 DETRAN/RJ
Gráfica Titanium Editora Serviços e Negócios Comerciais Ltda
Rua Barão do Amazonas, 71- 002 - Centro – Niterói - RJ Cep. 24.030-111
Email. contatotitanium.rj@gmail.com Tel/Fax. 21 – 96725-8071
CNPJ. 47.331.953/0001-04 / I.E 12.558.520



Rua Barão do Amazonas, 71 - 0002 – Centro – Niterói, RJ, CEP 24030-111
Telefone: +55 21 96752-8071 E-mail: contatotitanium.rj@gmail.com
CNPJ 47.331.953/0001-04

Anexo II

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO, para Contratação de Serviço de Produção de Serviços Gráficos para a COGIC - Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante _____ representada legalmente por (nome completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____, compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data: [Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal

Estudo Técnico Preliminar 18/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000116/2025-29

2. Descrição da necessidade

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para avaliar as soluções existentes quanto ao suprimento de materiais gráficos necessários à comunicação visual e impressos diversos, utilizados na divulgação de eventos e projetos institucionais.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, bem como embasar a elaboração do Termo de Referência das mesmas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 1º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP Digital).

Justificativa:

A Coordenação de Serviços Operacionais (CSO) da Cogic, através da Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) é responsável por diversos Programas e Projetos ambientais. Estas atividades devem buscar seguir as premissas da sustentabilidade, sendo executadas considerando o equilíbrio ambiental, econômico e social. Neste sentido, a GRSA/CSO é responsável por disseminar informações e sensibilizar os usuários da Fiocruz, a fim de que esta contribua para um desenvolvimento mais sustentável dentro e fora da Instituição.

Desta forma, a área de Educação Ambiental da GRSA tem como missão sensibilizar, informar, conscientizar e mobilizar os colaboradores, visando reduzir: o uso de materiais de consumo diários, a utilização de recursos naturais, a geração de resíduos, além de ministrar treinamentos e palestras junto aos respectivos setores, a fim de orientar o descarte correto de resíduos (junto aos respectivos setores) e incentivar a participação dos usuários no Programa de Coleta Seletiva da Fiocruz. Além disso, tem como objetivo principal disseminar a cultura de sustentabilidade para os trabalhadores e usuários dos *campi* Fiocruz.

Sendo assim, é um dos serviços que contribui para a redução nos custos da unidade (aspecto econômico), redução de impactos ambientais negativos (aspecto ambiental) e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (aspecto social), em busca do alcance da sustentabilidade. Uma conduta sustentável é um processo que implica em mudança de cultura e desenvolvimento ou revisão de valores, tarefa árdua, a qual não é rápida nem fácil, pois a maior parte das pessoas ainda não se percebe como agente mudança.

Nesse sentido, o objetivo principal é fazer com que cada trabalhador, bem como o usuário-cidadão da Fiocruz compreenda os problemas que qualquer atividade antrópica traz ao meio ambiente, entendido aqui - para além de uma visão distante e algumas vezes romanceada de florestas e mares - também como o próprio entorno imediato das pessoas. A partir dessa compreensão espera-se que as mesmas busquem modificar seus hábitos e condutas, de forma a diminuir suas pegadas ecológicas, minimizando, portanto, seu impacto ambiental negativo, conforme o conceito de *triple bottom line* (Tripé da Sustentabilidade).

A sustentabilidade se tornou palavra-chave em todas atividades humanas, não somente no setor privado como também no setor público. Em relação ao setor público o desenvolvimento econômico sustentável se reveste de grande importância, constituindo-se também um dos princípios basilares nas aquisições e contratações públicas, conforme dispõe a nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021.

Dentre os principais programas e projetos, pode-se citar: o Programa institucional de Coleta Seletiva, Programa CompostAÇÃO, Concurso de Fotografias da Fiocruz, as Campanhas de conscientização ambiental e o Circuito Ambiental, os quais são necessários materiais impressos de divulgação para atender a finalidade de sensibilização ambiental para as atividades finalísticas da instituição.

Salienta-se a necessidade de materiais gráficos que são essenciais para a sensibilização ambiental (como, as lonas de banner, faixas de divulgação, folders, adesivos com características de laminação (esta laminação permite maior durabilidade dos adesivos em área externa - devido à exposição ao sol e chuva diariamente). Os mesmos não estão disponíveis pela reprografia da Cogic/Fiocruz. Além disso, a atual reprografia da Cogic não possui maquinário adequado para a impressão de determinados tamanhos de lonas de banner, para suporte às atividades da GRSA

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental	Jorge de Oliveira Cariuz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A solução deverá observar os critérios de sustentabilidade constantes do Guia de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União – CGU;
2. A solução deverá assegurar o conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação, conforme a logística reversa;

3. A escolha da melhor solução deverá considerar e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
4. A escolha da melhor solução deverá assegurar a correta e segura estocagem, armazenamento, acondicionamento e transporte dos materiais até a efetiva entrega dos itens à Fiocruz;
5. A solução deve prever, para que não haja prejuízos aos prazos estabelecidos e cumprimento das obrigações do Setor de Educação Ambiental, o atendimento com agilidade e presteza, bem como profissionais capacitados para a execução dos serviços.
6. A solução deve considerar que os equipamentos, programas e meios de comunicação (e-mails), devem ser atuais e modernos, detentores de capacidade para o recebimento de arquivos pesados, independentemente do local da prestação dos serviços;
7. A solução deverá prever a entrega de amostra, para todos os materiais previstos nos itens 2 e 3; cujas especificações serão posteriormente inseridas no Termo de Referência;
8. A escolha da melhor solução deverá considerar a capacidade para assimilar e utilizar rapidamente as novas tecnologias;
9. A escolha da melhor solução deve prever instalações e/ou locais licenciados pelos órgãos ambientais competentes.
10. A solução deverá atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI /MPOG.
11. A solução deverá prever o recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.
12. A solução deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
13. A solução deverá utilizar tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

14. A solução deverá observar a logística reversa dos materiais necessários na entrega do serviço que é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a serem seguidas, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.
15. A solução deverá observar o art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG, que indica exemplos de produtos sustentáveis.

Os requisitos mencionados foram estabelecidos visando garantir que a contratação atenda às necessidades da Administração de forma segura e eficiente.

5. Levantamento de Mercado

Atualmente, temos uma contratação vigente para serviços gráficos com fornecimento de materiais. No entanto, os fornecedores não demonstraram interesse na renovação do contrato devido aos preços defasados ofertados no pregão. Apenas o índice de ajuste proposto não consegue refletir a realidade dos preços praticados atualmente, tornando inviável a renovação do contrato nos termos anteriores.

Com base nas experiências adquiridas durante a vigência do contrato atual, optamos por atualizar quase todos os itens para metro quadrado. Essa mudança visa proporcionar maior flexibilidade, evitando a amarração dos itens do contrato a serviços pré-determinados e específicos.

O Estudo Técnico Preliminar analisou os cenários para atender à necessidade exposta no **item 2** deste documento e verificou as opções, soluções e se a demanda possui produtos e fornecedores para atender à Coordenação de Serviços Operacionais.

Solução I: Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada

Solução II: Aquisição de Material para confecção na Reprografia da Cogic

Análise das Soluções:

Quanto à solução "I – Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada". Essa solução é amplamente adotada pelos órgãos da Administração Pública, atualmente conhecida como *outsourcing* de impressão. Ao optar por Prestadores de Serviços especializados, não há custo com estruturas internas (locação e/ou aquisição de equipamentos) relacionados à produção dos materiais solicitados.

Quanto à solução "II - Aquisição de Material para confecção na Reprografia da Cogic" não configura-se uma solução adequada visto para alguns materiais não há uma estrutura existente para a produção dos itens demandados, gerando mais custo na própria criação da estrutura, do que na compra através de prestador especializado.

Isso significa que ao escolher o modelo através de Prestadores de Serviços especializados, a Administração Pública se beneficia da entrega dos bens, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção.

Verificou-se que há uma oferta razoável de fornecedores no mercado para o tipo de material solicitado pelo requisitante, conforme abaixo:

PESQUISA DE MERCADO - GRÁFICAS							
Gráfica	CNPJ	CNAE	Licenças Ambientais	CTF	PGRS	Porte da empresa	ESTADO
GRAFICA TITANIUM EDITORA SERVICOS E	47.331.953/0001-04	18130	Não possui	Possui	Não possui	Micro empresa	RJ
Djc Artes Graficas LTDA	18.209.941/0001-03	18130	Não possui	Possui	Não possui	Micro empresa	RJ
SAROM II SERVICOS GRAFICOS E PAPELARIA	01.760.877/0001-43	58298	Não possui	Não possui	Não possui	Micro empresa	RJ
Trena Triangulo Editora Nacional LTDA	32.020.943/0001-72	58212	Possui	Não informado	Não possui	Micro empresa	RJ
Quatro Cores Grafica e Editora LTDA	08.071.230/0001-53	18211	Não possui	Não possui	Possui	Micro empresa	SP
INFORPRINT ETIQUETAS E ROTULOS ADESIVOS LTDA	00.716.740/0001-29	18130	Possui	Possui	Possui	Micro empresa	SP
AGGIO SOLUCOES EM COMUNICACAO VISUAL	36.430.322/0001-18	1813	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
NAVE SUB INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	18.501.831/0001-02	58298	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
DIGITAL RIO GRAFICA LTDA	14.289.804/0001-67	62023	NÃO RESPONDEU			Micro empresa	RJ
NOVA DUPLA SOLUCAO GRAFICA COMUNICACAO E COMERCIO LTDA	09.589.815/0001-22	18130	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
WALPRINT GRAFICA E EDITORA LTDA	04.656.762/0001-00	58212	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
Nb Nova Brasileira Servicos Graficos LTDA	01.485.063/0001-48	18130	NÃO RESPONDEU			Pequeno Porte	RJ
ZIT GRAFICA E EDITORA LTDA	33.955.436/0002-74	58212	APENAS EDITORA DE LIVROS			Pequeno Porte	RJ

Pregões concluídos:

1. Pregão nº 40/2022 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
2. Pregão nº 15/2022 do Comando do Exército - Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana
3. Pregão nº 27/2022 do Fundo Municipal de Saúde de PMVR/RJ;
4. Pregão nº 12/2022 da Universidade Federal do Pará;
5. Pregão nº 918/2022 Prefeitura de Corguinho/MS;
6. Pregão nº 16/2022 Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região - São Paulo.

Como se observa, essa escolha através de empresa especializada é utilizada por diversos órgãos, federais, estaduais e municipais.

Resumo da análise:

Prestação de Serviço através de Empresas Especializadas: É possível/viável a realização de procedimento licitatório, através de Pregão Eletrônico

Fornecimento através da Reprografia da Cogic: Não é viável, pois não há uma estrutura existente para a produção dos materiais demandados.

6. Descrição da solução como um todo

Conforme descrito no item acima, entendemos que a solução a ser utilizada é a Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada", através de Pregão Eletrônico com posterior elaboração do Termo de Referência que deverá conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para atingir a finalidade da licitação.

A solução enquadra-se como aquisição de bens comuns, uma vez que suas especificações no mercado são usuais, ou seja, rotineiramente (habitualmente) utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores prestam o serviço e fornecem os materiais com os padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais do mercado, não sendo, portanto, algo incomum.

Isto posto, diante da definição e descrição da solução como um todo, a especificação dos serviços a serem adquiridos estão descritas detalhadamente no item abaixo (estimativa das quantidades a serem contratadas), com vistas ao atendimento das necessidades da Coordenação de Serviços Operacionais/Cogic/Fiocruz. Isso significa que ao escolher o modelo de Prestação do Serviço de Gráfica com fornecimento de material por empresa especializada, a Administração Pública se beneficia dos serviços e entrega dos bens, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção e instalação.

A participação nos lotes 01, 02, 03 e 04 será exclusiva para Microempresas - ME - ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme disposto no art.48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006 c/c art. 8º do Decreto Estadual nº 47.437/2018. Em que pese a garantia estipulada pelo artigo 48, inciso I, da LC nº123/2006 e artigo 6.º do Decreto nº8.538/2015, a vista da especificidade dos serviços, caso não haja atendimento pelas empresas com tratamento favorecido, as demais empresas poderão ser selecionadas.

Ressalta-se que é de extrema importância que a solução habilite empresas especializadas que adotem práticas sustentáveis conforme prevê a Nova Lei de Licitações, visto que o Estado é um grande consumidor de bens e serviços e que adotando exigências procedimentais sustentáveis pode influenciar as empresas a produzir bens, materiais e serviços respeitando o desenvolvimento nacional sustentável.

A sustentabilidade deve nortear todas as ações da Administração Pública e da sociedade, já que, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Desta forma a solução deve prever a depender do porte e o potencial poluidor da empresa o licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal (CTF). Segundo o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, o licenciamento ambiental é um instrumento de gestão ambiental que visa prevenir, controlar e mitigar os impactos ambientais causados por empreendimentos e atividades potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente. O licenciamento ambiental pode ser federal, estadual ou municipal, conforme a competência definida pela Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

De acordo com o Guia Técnico Ambiental da Indústria Gráfica, elaborado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, as gráficas são classificadas em três categorias, conforme o porte e o potencial poluidor: pequeno (até 10 funcionários e baixo potencial poluidor), médio (de 11 a 50 funcionários e médio potencial poluidor) e grande (acima de 50 funcionários e alto potencial poluidor).

Cada categoria está sujeita a um tipo de licenciamento ambiental diferente, que pode ser simplificado, ordinário ou especial. O licenciamento ambiental simplificado é aplicável às gráficas de pequeno porte, que devem apresentar um requerimento e um relatório ambiental simplificado ao órgão ambiental competente. O licenciamento ambiental ordinário é aplicável às gráficas de médio porte, que devem apresentar um requerimento e um estudo de impacto ambiental ao órgão ambiental competente. O licenciamento ambiental especial é aplicável às gráficas de grande porte, que devem apresentar um requerimento e um estudo de impacto ambiental e realizar uma audiência pública ao órgão ambiental competente.

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade e custo do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer e prestar os serviços de forma independente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender os Serviços de Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), tomando como parâmetro projetos existentes e demandas rotineiras, conforme abaixo:

lote	Objeto	Item	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
1	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - ADESIVO	1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 <u>com laminação</u>	17353	1000	m ²
		2	Instalação de Adesivos em vinil		1000	m ²
		3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) <u>com instalação</u>		500	Unidade
		4	Adesivos vinil de recorte		100	m ²
		5	Instalação Adesivos vinil de recorte		100	m ²

Lote	Objeto	Item	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
2	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - BANNER	1	Lona <u>Frontlight</u> 440g, 4/0; <u>com laminação</u> ; brilho/fosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras.	17353	500	m ²
		2	Instalação de Lona <u>Frontlight</u> 440g, 4/0;		500	m ²

Lote	Objeto	Item	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
3	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - CALENDÁRIO	1	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m ² ; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; MIOLO: Material couchê matte 115g/m ² . Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	17353	200	Unidade
		2	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m ² . Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo "wire-o" de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base.		650	Unidade

Lote	Objeto	Item	Especificação do material a ser fornecido	CATSERV	QTD	Unidade
4	Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA) - WIND BANNER	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,2m x 0,70m	17353	20	Unidade
		2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banner		100	Unidade

As quantidades são compostas por vários itens inter-relacionados, o que viabiliza e torna desejável a prestação de serviço com fornecimento de material por uma única empresa, por lote. Ademais, as empresas do ramo comumente têm expertise para prestar todos os serviços e/ou fornecer todos os itens do lote, de forma que a concentração dos serviços/materiais em lotes não representa prejuízo à competitividade que se deseja no processo licitatório.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 684.764,00

A estimativa do valor da contratação considerou os preços referenciais obtidos conforme metodologia de pesquisa abaixo descritas:

- Consulta realizada diretamente com empresas fornecedoras de materiais;

A pesquisa acima mencionada encontra-se como anexo deste ETP, com as cotações dos Prestadores de Serviço.

PLANILHA DE CÁLCULO DO PREÇO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS										
LOTE		ITEM	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Média Valor total
1	A D E S I V O	1	Adesivos em vinil brilhofosco; 4/0 com laminação	m²	1.000	DJC Comercial Ltda	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00	R\$ 113,75	R\$ 113.750,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 95,00	R\$ 95.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 120,00	R\$ 120.000,00		
		2	Instalação de Adesivos em vinil	m²	1.000	DJC Comercial Ltda	R\$ 410,00	R\$ 410.000,00	R\$ 308,75	R\$ 308.750,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ -	R\$ -		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 750,00	R\$ 750.000,00		
		3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz)	Unid	500	DJC Comercial Ltda	R\$ 390,00	R\$ 195.000,00	R\$ 216,40	R\$ 108.200,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 17,60	R\$ 8.800,00		
						SAROM RJ	R\$ 450,00	R\$ 225.000,00		
		4	Adesivos vinil de recorte	m²	100	DJC Comercial Ltda	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00	R\$ 138,75	R\$ 13.875,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00		
						SAROM RJ	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00		
		5	Instalação Adesivos vinil de recorte	m²	100	DJC Comercial Ltda	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00	R\$ 218,75	R\$ 21.875,00
						Kat's Grafica e Editora Ltda	R\$ -	R\$ -		
						ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00		
						SAROM RJ	R\$ 490,00	R\$ 49.000,00		
R\$ 566.450,00										
LOTE		ITEM	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Valor total
2	B A N N E R	1	Lona Frontlight 440g, 4/0; com laminação; brilhofosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras.	m²	500	DJC Comercial Ltda	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00	R\$ 119,05	R\$ 59.524,00
						Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica	R\$ 90,00	R\$ 45.000,00		
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 48,24	R\$ 24.120,00		
						SAROM RJ	R\$ 160,00	R\$ 80.000,00		
						Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP	R\$ 167,00	R\$ 83.500,00		
		2	Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0;	m²	500	DJC Comercial Ltda	R\$ -	R\$ -	R\$ 17,58	R\$ 8.790,00
						Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica	R\$ 30,00	R\$ 15.000,00		
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 40,32	R\$ 20.160,00		
						SAROM RJ	R\$ -	R\$ -		
R\$ 68.314,00										
LOTE		ITEM	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Valor total
3	C A L E N D Á R I O	1	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; cartão triplex	Unid	200	DJC Comercial Ltda	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00	R\$ 34,80	R\$ 6.960,00
						Titanium Editora Serviços e Negocios	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 31,90	R\$ 6.380,00		
		2	Calendário capa dura em espiral em papelão, revestido em couchê	Unid	650	DJC Comercial Ltda	R\$ 24,90	R\$ 16.185,00	R\$ 28,27	R\$ 18.373,33
						Titanium Editora Serviços e Negocios	R\$ 30,00	R\$ 19.500,00		
						SAROM RJ	R\$ 29,90	R\$ 19.435,00		
R\$ 25.333,33										
LOTE		ITEM	Descrição	Unid	Qtd	Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total	Média	Valor total
4	W I N D E R	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,2m x 0,70m	Unid	20	DJC Comercial Ltda	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00	R\$ 543,33	R\$ 10.866,67
						F Paiva Comunicação Visual	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00		
						SAROM RJ	R\$ 590,00	R\$ 11.800,00		
		2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banner	Unid	100	Gráfica e Comunicação Visual	R\$ 129,00	R\$ 12.900,00	R\$ 138,00	R\$ 13.800,00
						PRINT RIO SIGN IMPRESSÃO DIGITAL LTDA	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00		
						Inject Plus	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00		
R\$ 24.666,67										
TOTAL								R\$ 684.764,00		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação se dará por lotes, permitindo que mais empresas participem, de acordo com suas atividades e em consonância com as práticas de mercado, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A demanda está associada diretamente às atividades de Educação Ambiental do GRSA orientada pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.

Existem alguns contratos na Cogic que possuem correlação com a necessidade demandada, tais como os destacados para os materiais que serão utilizados nos carrinhos elétricos, nos Ecopontos, dentre outros.

Ressalta-se que a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I - Artigo 1º diz que Educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para este serviço com fornecimento de materiais e instalação, conforme descrição da necessidade está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento Orçamentário Anual da COGIC, bem como previsto no SPGC 2025, conforme DFD nº 382/2024 e detalhamento a seguir.

Dados do projeto:

Subunidade: Coordenação de Serviços Operacionais - CSO.

Projeto: 0032.2000.565.00026 - Proc: 116/2025-29 - Serviços de Gráfica para atender a Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental.

Iniciativa: 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade de Custeio.

Finalidade: 565 – Gestão Administrativa.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Fonte de Recurso: 1001000000 – Loa Corrente

Elemento de Despesa Corrente: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.

Subelemento: 339039 - 63 – Serviços Gráficos e Editoriais

DFD nº: 382/2024

Classe/Grupo: 891

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Disseminar a cultura de sustentabilidade para os trabalhadores e usuários dos campi Fiocruz;
2. Difusão dos meios de comunicação de massa, programas e campanhas educativas da instituição, informações temáticas sobre o meio ambiente;
3. Mudanças de hábitos e condutas, de forma a diminuir suas pegadas ecológicas, minimizando, portanto, seu impacto ambiental negativo;
4. Possibilitar a entrega dos serviços e materiais, sem precisar arcar com todos os custos associados à sua produção;
5. Evitar a compra de equipamentos modernos que podem apresentar alto custo, manutenção e ficarem obsoletos em curto prazo pela existência de novas tecnologias de mercado;
6. Assegurar a boa execução dos serviços com condições necessárias ao atendimento dos objetivos da missão e da política da Instituição;
7. Manter um meio ambiente saudável e equilibrado para a execução das atividades fins da Fiocruz.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização destas contratações, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução contratual.

Haverá um cronograma de execução dos serviços e os materiais fornecidos serão utilizados de forma imediata.

14. Possíveis Impactos Ambientais

De forma resumida, a norma ABNT NBR ISO 14001:2004 define aspectos e impactos ambientais da seguinte maneira:

- Aspecto ambiental: elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização, que podem interagir com o meio ambiente.
- Impacto ambiental: qualquer modificação no meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte no todo ou em parte das atividades, produtos ou serviços de uma organização.
- Abaixo listamos possíveis impactos ambientais de uma indústria gráfica e medidas mitigadoras, acerca do que deverá ser feito para evitar ou reduzir suas consequências.

- **Consumo de matérias-primas** – Na atividade gráfica, o papel é uma das principais matérias-primas utilizadas e este é um recurso finito, proveniente das árvores, que necessita de leis socioambientais aplicáveis e os mais rigorosos critérios de manejo florestal.

Impacto: Desmatamento.

Ação Mitigadora: Uso responsável dos recursos florestais, utilização de madeira de reflorestamento, com selo FSC, garantindo o cuidado, a preservação do meio ambiente eficiente e sustentável.

- **Geração de resíduos sólidos** – Na atividade gráfica são gerados resíduos sólidos classificados como Classe I, ou seja, resíduos perigosos: latas plásticas contendo restos de tinta pastosa, solvente de limpeza sujo, sobras de tinta, vernizes ou adesivos, panos de limpeza sujos com solventes orgânicos e tinta, insumos químicos vencidos ou fora de especificação, lâmpadas fluorescentes usadas, EPIs impregnados com químicos e óleo lubrificante queimado estão entre os principais resíduos sólidos Classe I gerados nas gráficas.

Impacto: Quando descartados inadequadamente, podem contaminar o solo, podendo chegar aos lençóis freáticos, contaminando assim, rios e mares.

Ação Mitigadora: Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços, conforme plano de gerenciamento de resíduos;

- **Geração de efluentes líquidos** – Na atividade gráfica, como principal efluente líquido, temos aqueles provenientes do descarte dos banhos de processamento da imagem e da forma. Além disso, existem aqueles provenientes dos processos da limpeza de rolos e equipamentos e lavagem do piso. Predominantemente, em áreas urbanas, o principal destino desses efluentes é a rede municipal de esgotos. Porém, para que este lançamento possa ser realizado existem restrições legais quanto à concentração de diversas substâncias.

Impacto: O lançamento de forma inadequada pode causar a contaminação do solo e dos recursos hídricos, resultando na alteração da qualidade da água, mortandade de peixes e /ou odor desagradável.

Ação Mitigadora: Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços, preferencialmente tratando seus efluentes líquidos em ETE;

- **Emissões atmosféricas** – As principais emissões atmosféricas da indústria gráfica são os Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) que evaporam dos solventes, tintas, vernizes ou adesivos. Não existem padrões de controle ambiental para esse tipo de composto.

Impacto: Os Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) podem promover odores, causar dor de cabeça, alergia cutânea, irritação dos olhos, nariz e garganta, falta de ar, fadiga, tontura e provocar reclamações da circunvizinhança.

Ação Mitigadora: As emissões de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs) podem ser eliminadas com o emprego de equipamentos específicos disponíveis no mercado.

- **Ruído e vibrações** – A indústria gráfica possui, em seus processos, diversos equipamentos que geram ruído e vibrações, como as impressoras ou as máquinas de pós-impressão, como grampeadeiras, dobradeiras e vincadeiras.

Impacto: Em face do ruído excessivo poder causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição, desconforto e insalubridade também pode causar estresse, diminuindo a eficiência e qualidade das atividades humanas.

Ação Mitigadora: Atender às orientações técnicas estabelecidas pela norma NBR 10.151, da ABNT, instituída como obrigação legal na Resolução Conama nº1, de 08 de março de 1990. Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel (Db).

A fim de minimizar os impactos possivelmente provocados pelos processos produtivos de uma indústria gráfica, listamos algumas práticas de sustentabilidade que devem ser adotadas pelos prestadores/fornecedores, além de demais regulamentações que sejam aplicadas sobre os serviços contratados, tais como:

- As práticas ambientais sustentáveis mencionadas visam promover a proteção ambiental, a redução da poluição e a utilização mais sustentável dos recursos naturais, assim como atuar em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª Edição Out 2024.
- A contratação deve estar alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), da Fiocruz.
- Realizar a análise do ciclo de vida do produto, levando em consideração os seguintes processos:
- **PRODUÇÃO** – Avaliar os materiais utilizados na fabricação, se são reciclados, biodegradáveis, atóxicos, de madeira de reflorestamento e como é o processo de produção, se usa trabalho infantil e/ou escravo e se as máquinas reduzem os resíduos gerados;

- DISTRIBUIÇÃO - Avaliar se as embalagens são compactas, se a indústria é local e se o produtor é local;
- USO – Avaliar se o produto economiza água e energia e se é educativo, que leva à conscientização ambiental;
- DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA - Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos e/ou com possibilidade para o reuso.
- DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL – A valorização de serviços produzidos localmente pode estimular a economia da região e reduzir os impactos ambientais e sociais decorrentes do transporte de longa distância.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação

JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ

Membro da comissão de contratação

DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA

Membro da comissão de contratação

PATRICIA OLIVEIRA BORIONI DE MELO

Membro da comissão de contratação

THAYS LIMA GOTTGROY DE CARVALHO

Membro da comissão de contratação

PRISCILLA DA SILVA NOGUEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Orçamento_item 1.pdf (1.18 MB)
- Anexo II - Orçamento_item 2 e 4.pdf (1.54 MB)
- Anexo III - Orçamento_item 3.pdf (1.13 MB)



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDAD E	QUANTIDAD E	Valor Unitário	Valor Total
1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação	m²	1.000	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
2	Instalação de Adesivos em vinil	m²	1.000	R\$ 410,00	R\$ 410.000,00
3	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	m²	500	R\$ 390,00	R\$ 195.000,00
4	Adesivos vinil de recorte	m²	100	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
5	Instalação Adesivos vinil de recorte	m²	100	R\$ 310,00	R\$ 31.000,00
					R\$ 803.000,00

Valor total R\$ 803.000,00 (Oitocentos e Três Mil Reais)
Validade da proposta, 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho
Prazo de entrega 10 dias úteis.
Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 14 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva
CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ
DJC COMERCIAL LTDA
Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos – Rio de Janeiro Cep. 21.030-040
Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374
CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.
Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 – Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040

Rio de Janeiro , 11/04/2025

À FIO CRUZ

At.

Fone:

milena.maciell@fiocruz.br

Fax:



Kat's Grafica e Editora Ltda

R. Felisbello Freire, 591 Ramos Rio de Janeiro RJ

CEP 21031-250 Fone: (21)3881-5905

CNPJ: 73.654.394/0001-75

www.katsgrafica.com.br

email: orcamento@katsgrafica.com.br

Prezado cliente,

Vimos através desta apresentar nossa proposta orçamentária para a confecção do(s) serviço(s) conforme especificações abaixo:

Item(s) solicitado(s) do orçamento **044370.**

✓044370.01 **1.000 Adesivos Uv - M2 vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação**

100x100cm, 4x0 cores em Adesivo Vinil.

Prova Virtual em PDF, Laminação Fosca de Proteção=1 lado(s).

Valor Total: R\$ 90.000,00

Unitário: R\$ 90,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

✓044370.02 **500 Adesivos Uv - vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm**

22x16cm, 4x0 cores em Adesivo Recorte.

Prova Virtual em PDF.

Valor Total: R\$ 4.000,00

Unitário: R\$ 8,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

✓044370.03 **500 Adesivos Uv - Adesivos vinil de recorte**

100x100cm, 4x0 cores em Adesivo Recorte.

Prova Virtual em PDF.

Valor Total: R\$ 60.000,00

Unitário: R\$ 120,00

Entrega: A combinar **Pgto:** A combinar

ORÇAMENTO DA INSTALAÇÃO PODENDO VARIAR DE
ACÓRDO COM CADA LOCAL

Validade da proposta : 10 dias.

As quantidades dos serviços não numerados poderão sofrer variação em 10% a mais ou a menos e serão devidamente faturadas.

Arte e provas não estão inclusas no orçamento quando não discriminadas e custo da 2ª prova será cobrada a parte.

A gráfica não se responsabiliza por erros quando a arte for fornecida e ou revisada pelo cliente.

*Entrega sem custo adicional no perímetro determinado pela gráfica, a confirmar.

Na aprovação do serviço o cliente esta de acordo com as observações acima, solicitamos o envio dos dados para faturamento e local de entrega.

Vendedor

Atenciosamente,


KATS GRAFICA E EDITORA LTDA
KATIA DUTRA - DIRETORA

Autorizo a confecção dos itens acima assinalados,

FIO CRUZ

Duque de Caxias, 11 de abril de 2025

Para: **Fundação Oswaldo Cruz**
CNPJ: **33.781.055/0003-05**

A/c.: **Milena Maciel**

Orçamento:

Nº	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	QT.	PREÇO UN.	VALOR TOTAL
1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação m²	1000	R\$ 95,00	R\$ 95.000,00
2	Instalação de Adesivos em vinil m²	1000	R\$ 75,00	R\$ 75.000,00
3	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	500	R\$ 17,60	R\$ 8.800,00
5	Adesivos vinil de recorte m²	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
6	Instalação Adesivos vinil de recorte m²	100	R\$ 75,00	R\$ 7.500,00
TOTAL				R\$ 195.800,00

Forma de Pagamento: Depósito / Transferência / Pix

Dados Bancários:

Banco: Caixa
AG: 4162
OP: 003
C/c: 00000001-6
Favorecido: ONYX CAXIENSE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 03.939.237/0001-20

Este orçamento tem validade de 60 dias. Após este período, favor consulte-nos novamente. Todos os preços informados estão expressos em Reais (R\$) e são exclusivos para este orçamento.


Miguel Rangel
Sócio Gerente

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio, 16/04/25

A/C. Srtª Milena PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação por metro	m ²	1000	120,00	120.000,00
02	Instalação de Adesivos em vinil	m ²	1000	750,00	750.000,00
03	Adesivos vinil de recorte, cor branca; Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação	m ²	500	450,00	225.000,00
04	Adesivos vinil de recorte	m ²	100	170,00	17.000,00
05	Instalação Adesivos vinil de recorte	m ²	100	490,00	49.000,00

(total 1.161.000,00) (hum milhão e cento sessenta um mil reais)

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega (07) dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 3262-0 Conta corrente: 0038057-1

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



(21) 4138-1703



sromrj@gmail.com



(21) 99148-1683



R. Marques de Oliveira, 174 – Ramos, Rio de Janeiro (RJ) CEP: 21031-710



16 de Abril de 2025

Orçamento: 25042

FIOCRUZ UKOU II

Destinado à

**COORDENACAO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
CAMPI**

Telefone: (0021) 5984-200 / (0021) 5984-200

AVENIDA BRASIL, 4365 | MANGUINHOS

Segue a nossa proposta para prestação dos serviços abaixo relacionados, conforme solicitado.

Descrição do item	Quant. x Unitário	Desconto	Valor Final
1. Lona 440 g/m2 com impressão (1.000 x 1.000 - 1m²) <i>Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.</i>	500 UN x R\$ 90,00		R\$ 45.000,00
2. Serviço de instalação de lona (1.000 x 1.000 - 1m²) • <i>Instalação de lonas com abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.</i> • <i>Altura máxima de instalação - 3 metros de altura.</i> • <i>Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.</i> • <i>500 m²</i>	500 UN x R\$ 30,00		R\$ 15.000,00

Proposta válida até 16/05/2025

Subtotal

R\$ 60.000,00

Forma de Pagamento: Não definido

Total

R\$ 60.000,00

Cliente retira

Prazo de Entrega: 7 dias após aprovação

- 1) Crédito e condição de pagamento sujeito à aprovação;
- 2) Impressos c/ alta exigência colorimétrica exige-se prova de cor;
- 3) Não nos responsabilizamos por características e especificações dos projetos gráficos fornecidos pelo cliente;
- 4) Prazo de entrega são previsões que poderão se alterar e modificar de acordo com o andamento do processo produtivo;
- 5) Não aceitamos cancelamentos de pedidos após iniciado o processo de produção; e
- 6) Para aplicação de adesivos em ambientes internos é necessário que a refrigeração seja desligada por ao menos 6h antes do início do trabalho e permacer desligado pelo até o término da instalação.

Razão social: Clapp - Soluções em Produção gráfica e fotográfica Ltda.
Av. Adalgisa Colombo, nº 135 / lj 2067 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22775-026.

CNPJ: 01.327.126/0001-38
Inscrição Municipal: 0217337-9
Inscrição Estadual: 78879173

• Impostos inclusos

• Validade da proposta: 60 dias.

Dados Bancarios para Transferencia
Banco C6 - 336
Agência - 0001
Conta: 14712436-0
Tipo: Conta corrente
Pix - CNPJ: 01.327.126/0001-38

Atenciosamente,
Administrador

De acordo, ____ / ____ / ____

CLAPP - SOLUCOES EM PRODUCAO GRAFICA ECOORDENACAO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
FOTOGRAFICA LTDA
01.327.126/0001-38

CAMPI
33.781.055/0003-05



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor Unitário	Valor Total
1	Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.	m²	500	R\$ 130,00	R\$ 65.000,00
2	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. (Favor colocar separado o valor da instalação no orçamento). Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM ESCADA) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.	DIÁRIA	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
3	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. (Favor colocar separado o valor da instalação no orçamento). Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM CAMINHÃO MUNCK) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.	5 HORAS	1	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00
4	ind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,20 m x 0,70 m.	unidades	20	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00
					R\$ 85.400,00

Valor total R\$ 85.400,00 (Oitenta e Cinco Mil e Quatrocentos Reais)
Validade da proposta, 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho
Prazo de entrega 20 dias úteis.
Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 16 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva
CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ
DJC COMERCIAL LTDA
Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos – Rio de Janeiro Cep. 21.030-040
Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374
CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.
Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 – Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040



Razão Social: Fpaiva comunicação Visual EIRELI ME.
Endereço: Rua Gaturamo, Nº: 185, Campo Grande - RJ- Cep: 23081-190
Telefones de Contato: (21) 3377- 6220 / (21) 99620 -5575
CNPJ: 20.044.698/0001-54
Inscrição Municapl: 06.10890-3 / / Inscrição Estadual: 86.810050

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2025.

Orçamento Nº: 0889.2025

À FioCruz

Att: Alan Alves Santos

Conforme sua solicitação, apresentamos orçamento para produção e instalação de:

Referência	Medida (Cm)	Qts.	R\$:Unit.	R\$:Total
Lona Front light 440g, 4/0; Brilho Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas .	500 m ²	01	24.120,00	24.120,00
Instalação	500 m ²	01	20.160,00	20.160,00
Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas:	2,20 x 0,70	20	350,00	7.000,00

Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Campus Maré Fiocruz.

Especificações do Orçamento:

Prazo de entrega: Até 20 dias.

Prazo de pagamento: a combinar.

Validade da Proposta: 60 dias

Atenciosamente,

Fernanda Paiva

comercial@fpaivacomunicacaovisual.com.br

De acordo em, ____/____/____

Assinatura e Identificação do cliente

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio,17/04/25
A/C. Sr. Alan Alves PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Lona Frontlight 440g, 4/0; brilho; Bainha; ilhós e abraçadeiras na cor preta ou brancas com medidas de 7,6 mm x 300 mm.	m²	500	160,00	80.000,0
02	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. COM ESCADA ATÉ 3 M ALTURA MAXIMO.	DIARIA	01	2.600,0	2.600,0
03	Serviço de Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0. Altura máxima de instalação - 3 metros. (COM CAMINHÃO MUNCK) Locais das instalações será no Campus Manguinhos e Maré	EM ATE 5HS	01	4.950,0	4.950,0
04	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,20m x 0,70cm	nidades	20	590,00	11.800,0

(TOTAL 99.350,00 Noventa e nove mil e trezentos e cinquenta reais)

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega 10)dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 1240-8 Conta corrente: 0447057-5

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



Gráfica e Comunicação Visual
(21) 3335.7746 / 964887184
omega3rj@hotmail.com

Rua Alcafa 653 - Gardênia Azul -Rio de Janeiro - Tel: 3335-7746 CEP:22631-370 Rio de Janeiro - RJ / CNPJ: 08.545.387/0001-73

PROPOSTA / ORÇAMENTO

Rio de Janeiro - 15 / 05 / 2024.

Fundação Oswaldo Cruz | CNPJ: 33.781.055/0003-05;

- Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização Wind banner.
(arte e inclusa)
R\$ 129,00 und.

Total. R\$ 12.900,00 (100 und.)



Prazo de entrega : 10 dias úteis

Validade da proposta: 60 dias

Observações:

- O cliente deverá enviar o arquivo da imagem e/ou logomarca vetorizada, assim como as referências das cores a serem utilizadas;
- Pode haver diferença da cor no resultado final de produtos impressos, em relação a imagem vista através de dispositivos móveis ou tela de monitor de computador;
- A revisão do layout de imagem e ortografia nos arquivos enviados, previamente para aprovação, é de responsabilidade do contratante;
- O valor acima contempla instalação em horário comercial. Horários especiais terão que ser revistos previamente;
- Este orçamento está sujeito a alteração mediante: Inclusão ou retirada de itens ou detalhes descritos nesta proposta; alteração de medidas informadas pelo cliente; mudança de endereço da instalação ou entrega, ou fora do município do Rio de Janeiro.
- Prazo de entrega conta a partir do pagamento do sinal e o de acordo da proposta.
- O prazo estimado pode sofrer variação de até 07 dias pra mais ou pra menos, ou conforme condições climáticas. Não executamos serviços em áreas externas em dias chuvosos.

Nos colocamos a sua disposição para maiores esclarecimentos.
Contato: Michel Silva 21 - 964887184 -

omega3grafica





Matheus Lemos

Cel : (21) 96489-7473

Email : injectplusrj@gmail.com

CNPJ : 49.476.274/0001-40

14 de Maio de 2025

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CNPJ: 33.781.055/0003-05

Proposta de Orçamento

Discrição do Produto	Quantidade	Preço _(unid)
Wind Banner Modelo Pena 220x70cm arte 4 cores - Impressão 2 lados (somente tecido)	100	R\$ 200,00
Wind Banner Modelo Pena 170x48cm arte 4 cores - Impressão 2 lados (somente tecido)	100	R\$ 180,00

* **Observação:** Para o inicio da produção é necessário um pagamento inicial de 50% do valor total.
O restante deverá ser pago no momento da retirada do material.

* Pedimos de 7 dias uteis para a produção do material

* Frete Incluso

* **Formas de Pagamento:** Transferência Bancária ou PIX

* **Transferência: 403 - Cora SCD**

Agência: 0001 **Conta:** 3678191-3 **Empresa:** INJECT PLUS

PIX: 49.476.274/0001-40



PRINT RIO SIGN IMPRESSÃO DIGITAL LTDA
RUA ALDA, Nº 61
BENTO RIBEIRO - RIO DE JANEIRO/RJ
(21) 98240-0141
atendimento@printrio.com.br | 18.381.336/0001-07

ORÇAMENTO
192

Cliente: FIO CRUZ
Email: maria.migon@fiocruz.br
Tel.: (21) 96487-0350

QTD	DESC. DO PRODUTO	PRAZO	VALOR/UNID.	SUBTOTAL
100	oxford 0,70x2,20 wind banner somente tecido costurado	10 dias	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00
1	Taxa de Entrega	3 dias	R\$ 80,00	R\$ 80,00

Data do orçamento:	15/05/2025	Valor / Produtos:	R\$ 8.580,00
Validade do orçamento:	20/05/2025	Desconto:	R\$ 0,00
Orçamento feito por:	RENATA2	Frete:	R\$ 0,00
		Total final:	R\$ 8.580,00



Telefone / WhatsApp: 21 99792-3374
CNPJ: 50.554.025/0001-05
Insc. Est. 12.849.184
Insc. Mun. 1.469.888-4
djccomercialtda@gmail.com

A
FIOCRUZ - CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao setor de compras, estamos encaminhando nossa proposta de preços, com objetivo de fornecer o material / serviço abaixo especificado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE E	Valor Unitário	Valor Total
1	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo "wire-o" de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base.	unidade	650	R\$ 24,90	R\$ 16.185,00
2	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m²; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; MILO: Material couchê matte 115g/m². Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	unidade	200	R\$ 32,50	R\$ 6.500,00

R\$ 22.685,00

Valor total R\$ 22.685,00 (Vinte e Dois Mil Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais)

Validade da proposta, 60 dias.

Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho

Prazo de entrega 20 dias úteis.

Transporte CIF

RIO DE JANEIRO, 15 DE ABRIL DE 2025.

Thiago Aguiar Silva

CPF. 122.059.867-40/ RG. 20.044.212-7 DETRAN/RJ

DJC COMERCIAL LTDA

Av. Almirante Frontin, 381- Prédio 1 - Ramos - Rio de Janeiro Cep. 21.030-040

Email. djccomercialtda@gmail.com Tel/Fax. 21 99792-3374

CNPJ. 50.554.025/0001-05 / I.E 12.849.184

DJC COMERCIAL LTDA.

Av. Almirante Frontin, 381 - Prédio 1 - Ramos
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.030-040

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/ CNPJ 33.781.055/0003-05 Rio,15/04/25
A/C. Srtª Thays Lima PROPOSTA DE VALORES

Vimos por meio deste, apresentar nossa proposta de preços com intuito principal de fornecimento do(s) material(s)/serviço(s) abaixo descritos:

Item	Descrição	Quantidade	Marca	Preço Unitário	PREÇO TOTAL
01	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado).	650		29,90	19,435,0
02	Calendario de mesa com 14 laminas . Base cartão Triplex 300 grs formato 32x18cm cores 4/0 MIOLO papel couche matte 115g formato 18x11cm cores 4/4 Acabamento Ariol branco/preto	200		31,90	6.380,00

Validade da proposta: 60 (SESENTA) dias / Prazo de entrega (25)dias. Úteis Após Aprovação. Condição de pagamento: 15 dias Úteis após entrega. Crédito em conta.

Banco Bradesco 237 Agência: 3262-0 Conta corrente: 0038057-1

SMMRJ IMPRESSOS E PRODUTOS EIRELI-ME

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas sem se limitar, tais como: custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens. O preço é fixo e irrevogável.

Optante pelo simples nacional

Manoel da Silva –

SMMRJ Impressos e Produtos EIRELI-ME

CNPJ: 25.097.568.0001-01 I.E: 87.169.251



(21) 4138-1703



sromrj@gmail.com



(21) 99148-1683



R. Marques de Oliveira,174 – Ramos, Rio de Janeiro (RJ) CEP: 21031-710



A
Fiocruz CNPJ: 33.781.055/0003-05

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Lâminas: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15 cm. Papel lâminas: papel couchê brilho 170 g/m2. Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa/frente). Base: Base de calendário em papelão 1320gr, revestido em couchê 150gr aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4x0 cores formato aberto 210x460mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21 x 9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do	unidade	650	R\$ 30,00	R\$ 19.500,00
2	Calendário de mesa: com 14 Lâminas+base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m²; Formato: 32x18cm - cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco; MIOLO: Material couchê matte 115g/m². Formato: 18x11cm - cores 4/4 - Acabamento: corte reto	unidade	200	R\$ 40,00	R\$ 8.000,00

R\$ 27.500,00

Valor total R\$ 27.500,00 (Vinte e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Validade da proposta, sessenta 60 dias.
Forma de pagamento será por meio de Nota de Empenho.
Prazo de entrega 25 dias úteis.
Transporte CIF

NITEROI, 15 DE ABRIL DE 2025.

Ana Morett Zambrotti Silva

Ana Morett Zambrotti Silva - Sócia
CPF.149.043.417-83 / RG. 23.828.340-2 DETRAN/RJ
Gráfica Titanium Editora Serviços e Negócios Comerciais Ltda
Rua Barão do Amazonas, 71- 002 - Centro – Niterói - RJ Cep. 24.030-111
Email. contatotitanium.rj@gmail.com Tel/Fax. 21 – 96725-8071
CNPJ. 47.331.953/0001-04 / I.E 12.558.520

47.331.953/0001-04
GRÁFICA TITANIUM EDITORA
SERVIÇOS E NEGÓCIOS LTDA
Rua Barão do Amazonas, 71 - 0002
Centro - CEP 24030-111
Niterói - RJ

Rua Barão do Amazonas, 71 - 0002 – Centro – Niterói, RJ, CEP 24030-111
Telefone: +55 21 96752-8071 E-mail: contatotitanium.rj@gmail.com
CNPJ 47.331.953/0001-04



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Diretoria de Administração do Campus

Proposta Pró-Forma

Emitida em: 30/06/2025

Documento: **PR00011/2025-COGIC** Processo: **25389.000116/25-29**
Data da Licitação: // Hora da Licitação: :
Proponente: Telefone:
Endereço: Fax:
Bairro: Cidade:
UF: CEP:
CNPJ/MF Insc. Estadual:
Banco: Agência: Conta Bancária:
Inscrição no SIMPLES: [] SIM [] NÃO
Validade da Proposta:
Prazo de Entrega:

ITENS

Item 1

Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). ADESIVO - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 2

Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). BANNER - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 3

Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). CALENDÁRIO - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Item 4

Contratação de empresa especializada em serviços de gráfica com fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA). BANNER WIND - **Unidade: serv. - Quantidade: 1.**

Valor Unitário: R\$ _____ Marca/Procedência: _____

Valor Total: R\$ _____ (_____)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE nº 90011/2025 da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, que a licitante _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço: _____ na cidade de _____ representada legal e tecnicamente pelo profissional Sr(a). _____, documento de identidade nº _____ às ____:____ horas, no Campus da FIOCRUZ e tomou conhecimento em VISITA TÉCNICA, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data.

Assinatura, matrícula e Identificação do Servidor da FIOCRUZ com carimbo

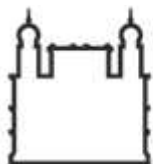
DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e Identificação do Representante Técnico da Licitante

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante técnico e legal para a referida visita. OBS.: A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia. A visita poderá ser agendada através do endereço de e-mail: dga.cogic@fiocruz.br ou telefone (21) 2209-2175, no horário das 09:00H às 11:00H e 14:00H às 16:00H., com antecedência mínima de 48 horas, junto à Coordenação de Serviços Operacionais, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Boletim de Serviço Eletrônico em 10/06/2024

COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

RESOLVE:**1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório,

o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.

Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

2. VIGÊNCIA

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

Flávia Silva
Coordenadora Geral de Administração
FIOCRUZ



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA SILVA, Coordenador(a) Geral de Administração**, em 10/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3945213** e o código CRC **8B371FA9**.

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa _____ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos os materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;

A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.

A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.

A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou outros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.

A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 25389.000116/2025-29

Unidade Gestora: 254462 - COGIC

COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS
CAMPI - COGIC

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ____/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI-COGIC E A EMPRESA _____. OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE GRÁFICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSTALAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, PARA ATENDER À GESTÃO DE RESÍDUOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (GRSA), A SEREM EXECUTADOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRU)**, por intermédio da **Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi COGIC**, com sede na Avenida Brasil, n.º 4365, Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro /RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.781.055/0003-05, neste ato representada por sua Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi Sra. ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI, portadora da matrícula funcional nº 1567804, com endereço profissional na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sala 09, Manguinhos, nesta Cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-900, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 14/2024 da Diretoria Executiva da FIOCRUZ e a Portaria de designação nº 3.785 de 26/12/2019 do Ministério da Saúde, doravante denominada **CONTRATANTE**, e _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediado(a) na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º 25389.000116/2025-29, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.246/2022, e demais legislações aplicáveis, bem como da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 58/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços contínuos de gráfica, com

fornecimento de materiais e instalação, quando necessário, para atender à Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental (GRSA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 - ADESIVO	1	Adesivos em vinil brilho/fosco; 4/0 com laminação.	17353	m²	1.000	R\$	R\$
	2	Instalação de Adesivos em vinil		m²	1.000	R\$	R\$
	3	Adesivos vinil de recorte, cor branca Medida: 22x16cm (logo Fiocruz) com instalação		Unid.	500	R\$	R\$
	4	Adesivos vinil de recorte		m²	100	R\$	R\$
	5	Instalação Adesivos vinil de recorte		m²	100	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE:							

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2 - BANNER	1	Lona Frontlight 440g, 4/0; com laminação; brilho/fosco; Bainha; ilhós e abraçadeiras	17353	m²	500	R\$	R\$
	2	Instalação de Lona Frontlight 440g, 4/0;		m²	500	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE:							

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Calendário de mesa: com 14 lâminas +base; BASE: Material: cartão triplex 300g/m², Formato: 32 x 18cm – cores 4/0; Acabamento: corte reto + Wire-o preto ou branco MODELO: Material cuchê matte 115 g/m², Formato: 18 x11cm – cores 4/4 – acabamento: corte reto	17353	Unid.	200	R\$	R\$

3 - CALENDÁRIO	2	Lâmina: Quantidade 13 (26 páginas). Impressão frente e verso. Faca de corte para detalhe nas lâminas. Tamanho das lâminas: 21 x 15cm. Papel lâminas; Papel couchê brilho 170 g/m². Cores das lâminas: 4 x 4. Acabamento: verniz UV aplicado localizado (na capa /frente). Base: Base de calendário em papelão 1320 gr, revestido em couchê 150 gm aplicação de laminação fosca (ou brilho), 4 x 0 cores formato aberto 210 x 460 mm. Tamanho da base: Base em formato de prisma de base triangular vazada, sentado em uma das faces do prisma. Planificação medindo 21 x 46 cm (aberto), com três dobras de modo a permitir a sua redução (quando embalado) e montagem para fixação à mesa, medindo 18,5 x 21x9 cm (montado). Acabamento: O calendário deverá conter espiral do tipo "wire-o" de modo a permitir fácil manuseio das lâminas sobre a base	17353	Unid.	650	R\$	R\$
	VALOR TOTAL DO LOTE:						

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4 - WIND BANNER	1	Wind banner; dupla face; modelo Pena; Base Plástica, 4/4 Medidas: 2,2m x 0,70m	17353	Unid.	20	R\$	R\$
	2	Impressão de tecido 4/4 (dupla face) com costura para utilização em wind banner		Unid.	100	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE:							

1.3. Vinculam esta Contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar (SEI nº);

1.3.2. Termo de Referência (SEI nº);

1.3.3. O Edital da Licitação (SEI nº);

- 1.3.4. A Proposta do contratado (SEI nº); e
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.2. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.2.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.2.1.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.2.3. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.2.4. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do

contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições

adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [\[A1\]](#)

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [\[A2\]](#)

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:
- VI - Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

17.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida conforme consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNJ e TCU em _____, conforme certidões inseridas autos (SEI nº).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal e Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo de contrato vai assinado eletronicamente pelos

contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

Rio de Janeiro, datado e assinado eletronicamente,

PELA FIOCRUZ:

Ana Beatriz Alves Cuzzatti
Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi
Fundação Oswaldo Cruz

PELA CONTRATADA:

Nome
Cargo
Nome da Empresa

TESTEMUNHA:

- 1 -
- 2 -



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE GOMES MARQUES, Analista de Gestão em Saúde**, em 03/07/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5169058** e o código CRC **0F983223**.

Referência: Processo nº 25389.000116/2025-29

SEI nº 5169058